



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**CLAUDEMBERG MADEIRO DE SOUZA ARAÚJO**

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: HISTÓRIA DE VIDA DE  
INTEGRANTES LEIGOS E RELIGIOSOS NO COMBATE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA (1964-1985)**

**JOÃO PESSOA - PB  
2020**

CLAUDEMBERG MADEIRO DE SOUZA ARAÚJO

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: HISTÓRIA DE VIDA DE  
INTEGRANTES LEIGOS E RELIGIOSOS NO COMBATE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA (1964-1985)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura plena em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monique Cittadino

JOÃO PESSOA - PB  
2020

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S725m Araújo, Claudemberg Madeiro de Souza.

Memória e Resistencia: A participação da Igreja Católica paraibana no combate ao golpe militar de 1964 / Claudemberg Madeiro de Souza Araújo. - João Pessoa, 2020.  
66 f. : il.

Orientação: Monique Guimarães Cittadino.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Ditadura Militar. 2. Igreja Católica. 3. Resistencia. 4. Memória. I. Cittadino, Monique Guimarães. II. Título.

UFPB/CCHLA

CLAUDEMBERG MADEIRO DE SOUZA ARAÚJO

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: HISTÓRIA DE VIDA DE  
INTEGRANTES LEIGOS E RELIGIOSOS NO COMBATE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA (1964-1985)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura plena em História.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monique Cittadino**

(Departamento de História – UFPB/CCHLA)  
(Orientadora)

---

**Prof. Dr. Paulo Giovani Antônio Nunes**

(Departamento de História – UFPB/CCHLA)  
(Avaliador)

---

**Prof. Dr. Damião de Lima**

(Departamento de História – UFPB/CE)  
(Avaliador)

JOÃO PESSOA - PB  
2020

*Dedico este trabalho à minha mãe  
Sebastiana Inácio de Souza Araújo e ao meu  
pai João de Araújo Madeiro que sempre me  
incentivaram a seguir os meus ideais e os  
meus sonhos. A eles serei eternamente grato!*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento escrevo esta mensagem com o coração transbordando de alegria e felicidade por ter chegado até aqui depois de mais de 4 anos junto de todos os colegas, amigos e professores que foram fundamentais nesta etapa de minha vida como estudante de graduação em História na UFPB. A todos e todas, vocês têm um lugar especial em meu coração.

Aos meus colegas de turma 2016.1 serei eternamente grato pela partilha de conhecimentos durante as discussões, nossas divergências, posicionamentos políticos distintos, diálogos e ajuda. Esses momentos foram importantes para que tivéssemos o amadurecimento intelectual que temos hoje. O destino foi bom ao apresentar-me cada um de vocês. Em especial, quero agradecer a Aldenise Ladislau (eterna monitora), Jordânia Sales (a moça do bolo), Matheus Pereira e Sergio Luís (meu irmão bahiano) que além de colegas se tornaram verdadeiros amigos ao longo de todo esse tempo.

Agradeço ainda aos amigos de infância Cassio Costa, Harley Girlan e Anderson Januario que me acolheram e se fizeram presentes também em minha vida extra universidade. Nos conhecemos há muito tempo, mas só a convivência diária me mostrou o quanto fomos verdadeiros amigos ao dormir e acordar olhando um para a cara do outro, dividindo problemas e nos ajudando da maneira que era possível.

Agradeço a todos os professores do Departamento de História da UFPB, em especial aqueles que me inspiram a continuar na profissão de professor de história: Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Damião de Lima, Morzart Vegetti, Thiago Bernardon, Cláudia Cristina do Lago Borges, Priscilla Gontijo Leite, Fernando Pureza, Paulo Maia e Cláudia Cury.

Agradeço aos companheiros do Projeto PIBID e Residência Pedagógica do qual participamos juntos e de forma calorosa; agradeço à nossa preceptora Prof<sup>ª</sup>. Livia Maria que nos acolheu tão bem durante 18 meses de projeto, partilhando toda a sua experiência como professora de História no ensino básico e nos mostrando o lado bom de ser professor. A você Livia, toda a minha eterna gratidão. Você será para nós um verdadeiro exemplo a ser seguido.

Agradeço ao meu companheiro de pesquisa Ciro Caleb pelas discussões durante as reuniões como também por ser um exemplo de luta no movimento estudantil. Agradeço com muito carinho à Profa. Dra. Monique Cittadino por ter me orientado nesta pesquisa

e aos professores Paulo Giovanni e Damião de Lima por terem feito leituras atenta ao trabalho.

Agradeço aos meus familiares. Meu muito obrigada ao meu irmão Clauber por ter ajudado nos momentos que mais necessitei, ao meu irmão Claudervânio, que mesmo pensando diferente de mim, tínhamos um bom diálogo, ao meu irmão caçula Cleberson e também ao novo membro da Família Madeiro, o pequeno Théo, que chegou para encher nossas vidas com muito mais amor. Quero também agradecer de forma especial à minha namorada e companheira de vida Aline Almeida, que esteve sempre ao meu lado, desde o início dos estudos ainda em 2015 até a presente dada. Lá se vão quase 6 anos de cumplicidade. A você, meu amor, meu muito obrigado!

Aos companheiros e amigos que a vida me apresentou, minha gratidão!

Por fim, meu muito obrigada a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha vida acadêmica, deste o ensino infantil, fundamental e médio até à Universidade. Vocês são minha inspiração!

A luta está apenas começando. Ao fim da graduação, damos um novo passo para o desafio da vida. Que venham muitos novos outros desafios. Com a graça Divina, dando um passo atrás do outro, conquistarei meus objetivos.

Vamos em frente!!

## RESUMO

O principal objetivo desse trabalho é entender como se deu a participação de integrantes da Igreja Católica da Paraíba, homens e mulheres, religiosos e não religiosos, no combate ao golpe militar de 1964 no estado. Para tanto, foram utilizados como fonte livros e artigos referentes ao recorte temporal de nossa pesquisa (1964-1985), assim como as entrevistas realizadas durante a vigência do PIVIC 2019/2020. A partir da Historiografia sobre Igreja Católica e Ditadura Militar e o referencial teórico de História Política, foi possível identificar a atuação desses militantes ligados à Igreja Católica da Paraíba no combate ao Regime Militar. Os relatos orais dos nossos entrevistados puderam mostrar o papel importante dos militantes religiosos, homens e mulheres, que contribuíram no processo de resistência. As conclusões resultantes desse estudo apontam para a relevância que a Igreja Católica paraibana teve no processo de resistência à Ditadura a partir da chegada de Dom José Maria Pires, em 1966, quando passou a se manifestar contra as arbitrariedades realizadas pelo Estado e, a partir de sua nova filosofia, passou também a lutar junto às populações marginalizadas, tanto no campo quanto na cidade, por seus direitos mínimos de moradia e trabalho contando com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base e de suas Pastorais.

**Palavras-chaves:** Ditadura Cível-Militar. Igreja Católica. Resistência. Memória

## ABSTRACT

The main objective of this work is to understand how the participation of members of the Catholic Church of Paraíba, men and women, religious and non-religious, took place, no fight against the 1964 military coup in the state. To this end, they were used as sources of books and articles referring to the time frame of our research (1964-1985), as well as those declared during the term of PIVIC 2019/2020. From the Historiography on Catholic Church and Military Dictatorship and the theoretical framework of Political History, it was possible to identify a militant role linked to the Catholic Church of Paraíba in the fight against the Military Regime. The oral reports of our interviewees were able to show the important role of religious activists, men and women, who contributed to the resistance process. As a result of the study, they point out that the Paraíba Catholic Church did not have any resistance to the Dictatorship since the arrival of Dom José Maria Pires in 1966, when it began to manifest itself against the arbitrariness carried out by the State and, from his new philosophy, he also began to fight with marginalized populations, both in the countryside and in the city, for their incorporated rights to housing and work with the support of the Ecclesial Base Communities and their Pastorals.

**Key words:** Civil-Military Dictatorship. Catholic Church. Resistance. Memory

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Entrevista com o Prof. Alder Júlio Ferreira Calado.....	52
<b>Imagem 2</b> – Entrevista com o Monge João Batista Magalhães Sales.....	58
<b>Imagem 3</b> – Fotografia do Seminário Rural em Serra Redonda - PB .....	61
<b>Imagem 4</b> – Primeira turma do Seminário Rural em Serra Redonda. ....	62

## SUMÁRIO

### **SEÇÃO I – INTRODUÇÃO: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....Error! Bookmark not defined.**

**1.1 A escolha do tema ..... Error! Bookmark not defined.3**

**1.2 Objetivos, fontes, metodologia e referencial teóricoError! Bookmark not defined.5**

### **SEÇÃO II - OS ANOS DE CHUMBO: A DITADURA CÍVIL-MILITAR NO BRASIL ..... 18**

**2.1 A instalação do Estado Autoritário em 1964.....18**

**2.2 Perseguição a oposição na Paraíba pós-golpe.....27**

### **SEÇÃO III – A IGREJA CATÓLICA PARAIBANA DURANTE A DITADURA MILITAR.....35**

**3.1 Na luta contra a comunização do Brasil: o apoio da Igreja Católica ao golpe.....35**

**3.2 A chegada de Dom José Maria Pires e a mudança de postura da Igreja paraibana ..... 38**

**3.3 A Igreja em campo: a criação do 1ª Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil (1976) e a defesa dos trabalhadores rurais ..... 43**

### **SEÇÃO IV – História de vida: construção da memória de militantes religiosos paraibanos a partir do PIVIC (2019-2020).....50**

**4.1 Memória e história: uma breve análise sobre o uso da História Oral.....50**

**4.2 Toda uma vida dedicada à luta pelos pobres: história de vida de Alder Júlio Ferreira Calado ..... 52**

<b>4.3 Largando a batina para viver a ação de Deus em comunidade: história de vida de João Batista Magalhães Sales.....</b>	<b>58</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>

## SEÇÃO 1

### 1. INTRODUÇÃO: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

#### 1.1 A escolha do tema

Sabendo que a Igreja Católica se tornou, a medida em que o regime foi se fechando, o principal centro de resistência e combate ao arbítrio do Regime Civil-Militar, o presente trabalho busca entender como se deu participação de membros da Igreja Católica paraibana, religiosos ou não, no enfrentamento ao Golpe Militar de 1964, a partir da historiografia sobre a temática e do registro dos relatos individuais de alguns destes membros concedidos ao projeto de pesquisa PIVIC 2019/2020.

Antes de explicar como vamos trabalhar com o nosso tema é importante que comecemos pelo momento de sua concepção para entendermos as motivações que nos levaram a realização desta pesquisa e saber da sua importância para os estudos da História Política paraibana, o resgate e registro da memória individual e coletiva, além do nosso próprio aprendizado.

Escolher o tema para minha pesquisa não foi tarefa fácil. Nos anos iniciais de minha graduação, na qual ingressei em 2016, não tinha noção do que queria pesquisar, enveredando por vários caminhos; porém, sempre tive apreço por História Política. Participei de vários projetos, inicialmente, voltados para a licenciatura como bolsista – PIBID 2016/2017 – sob orientação do Prof. Ângelo Emílio, e depois, sob orientação do Prof. Mozart Vergetti, participei do Projeto Residência Pedagógica, vigência 2018-2019. Para a minha carreira docente, esses dois projetos foram e são muito importantes uma vez que aprendi na prática a realidade do ensino público, os desafios que os colegas professores enfrentam e as possíveis soluções que podemos realizar para desempenhar um bom trabalho junto aos nossos alunos. Para a carreira que vou desempenhar enquanto Professor de História, os anos que passei conhecendo e debatendo sobre o ensino em sala de aula foram de grande aprendizado para a minha vida.

Participei ainda, em 2018, como voluntário, do Projeto de pesquisa e discussão com a Prof<sup>a</sup>. Surya Aaronovich voltado para área de História da Educação, onde estudávamos “A Escola de Aprendizes de Marinheiros na Paraíba no século XIX”, mas não me aprofundei na pesquisa e acabei me afastando. Me afastei não por não achar que a pesquisa não fosse importante, mas por perceber, ao longo do projeto, que não fazia parte do meu interesse pessoal. Durante este mesmo período, estava cursando as disciplinas História da Paraíba II, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Monique Cittadino e, História do Brasil IV, ministrada pelo Prof. Paulo Giovanni. Em suas aulas pude ter contatos com a vasta bibliografia sobre História Política paraibana no período da Primeira República (1889-1964) e sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Aquelas aulas me fascinavam, os textos me enchiam os olhos, as discussões eram sempre acaloradas. A partir de então, descobri que essa era a minha área de interesse na História.

Em 2019, finalmente comecei a ter contato mais de perto com o meu possível tema. Iniciei como voluntário no Projeto de Iniciação Científica (PIVIC) sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monique Guimarães Cittadino. Ao lado do colega de graduação Ciro Caleb Gomes iniciamos os trabalhos do projeto “*Memória e resistência à Ditadura Civil-Militar: a atuação dos militantes religiosos e leigos na Paraíba (1966-1981)*” que nos possibilitou conhecer com mais profundidade o debate historiográfico sobre o Golpe Civil-Militar em âmbito local e nacional, além de ouvir, a partir das entrevistas realizadas com membros da Igreja Católica que atuaram em Pernambuco e na Paraíba durante os anos de chumbo em grupos de resistência, as memórias particulares desses sujeitos.

Entre os autores discutidos em nosso projeto estão Maria Helena Moreira Alves (1989) - referência no estudo sobre a Ditadura Militar no Brasil – que vai analisar o processo dos 21 anos do regime tanto a partir da atuação do Estado Autoritário como também das oposições no processo de resistência no Brasil; Monique Cittadino (1998) que discutiu o período populista na Paraíba iniciado em 1945 até a crise desse modelo a partir da deflagração golpe em 1964; Paulo Giovanni (2014) que vai apresentar as medidas tomadas pelos agentes do Estado no imediato pós-golpe na Paraíba, em especial contra as Ligas Camponesas; e Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira (2012) que vai apresentar não apenas a mudança de posição da Igreja Católica paraibana, como também sua luta em defesa dos direitos dos pobres, dos perseguidos políticos e dos trabalhadores do campo diante dos conflitos da terra a partir da chegada a Paraíba de Dom José Maria Pires, em 1966, para dirigir a Arquidiocese.

Como dito, entre as instituições mais combativas contra o Regime está a Igreja Católica, materializada em homens e mulheres, religiosos e não religiosos, que passaram a lutar em defesa dos direitos dos cidadãos das periferias e do campo, desrespeitados ainda mais pelos governos militares. Esse enfrentamento não diz respeito unicamente à questão religiosa, mas às próprias concepções políticas que seus integrantes portavam. De acordo com Mainwaring,

A orientação política dos militantes leigos não é determinada unicamente por seus laços com a Igreja. Os católicos também fazem parte da estrutura social e, como tal, participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses, trabalhadores, médicos. Integram com a sociedade e são influenciados pelas tendências da sociedade como um todo e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe (MAINWARING, 2004, P. 83).

A partir das leituras que foram realizadas, dos debates em grupo e da história de vida dos entrevistados, surgiu o interesse no aprofundamento desta pesquisa em torno da luta da Igreja Católica paraibana, sobretudo, após a chegada de Dom José Maria Pires, dando importância à construção da memória dos militantes leigos e religiosos que participaram do processo de resistência à Ditadura Militar no estado. Dessa maneira, portanto, dando continuidade ao trabalho iniciado no PIVIC, passei a elaborar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Quanto ao recorte espacial e temporal, o nosso trabalho buscou analisar a resistência da Igreja Católica paraibana durante as duas décadas que perdurou o Regime Militar, de 1964 a 1984, e que foi também neste período que ocorreram as intensas lutas no campo e a forte atuação de pessoas ligadas a Igreja em defesa dos trabalhadores.

A partir disso passamos a nos perguntar: Como se deu a instauração do Golpe Militar na Paraíba? Qual foi o posicionamento da sociedade paraibana naquele momento? Como a Igreja respondeu à ruptura democrática a partir da deposição de João Goulart? Qual foi sua posição? A partir de que momento a Igreja Católica da Paraíba passou a combater a Ditadura Militar? Diante dos conflitos agrários que duraram toda a década de 1970 e 1980, como ela reagiu? Qual foi a importância do Centro de Defesa dos Direitos Humanos neste momento? Como se deu a participação dos militantes ligados à Igreja Católica durante o processo de resistência? Qual o grau de atuação desses sujeitos? Esses questionamentos nortearão todo o desenvolvimento do trabalho e suas respostas construirão a nossa narrativa.

## **1.2 Objetivos, fontes, metodologia e referencial teórico**

A Igreja Católica esteve lado a lado do movimento revolucionário que depôs João Goulart do poder em 1964 e instaurou no Brasil um período de forte repressão aos movimentos sociais e de esquerda. Entendemos que esse posicionamento foi quase universal em toda a estrutura eclesiástica, uma vez que preocupados com a ameaça do comunismo ou com a desintegração da ordem social, aliaram-se às forças antiesquerdistas (MAINWARING, 2004). No entanto, havia também grupos dentro da própria instituição que não concordavam com esse posicionamento e de imediato passaram a discordar da ruptura democrática.

A arquidiocese da Paraíba que tinha como administrador Dom Mario de Miranda Villas-Bôas, bispo de caráter conservador, seguiu a posição tomada pela maioria dos bispos do Brasil e logo após a instauração do golpe, congratulou os militares em nome de Deus e da Igreja<sup>1</sup> (PEREIRA, 2012). Porém, com a chegada de Dom José Maria Pires, em 1966, haverá uma transformação no perfil da Arquidiocese da Paraíba.

Dito isto, nosso principal objetivo é entender como se deu a ação de integrantes da Igreja Católica paraibana no processo de resistência à Ditadura Civil-Militar de 1964.

Ancorado nesse propósito, nos concentraremos em atingir três objetivos específicos: 1º Analisar a instauração da Ditadura Militar tanto no Brasil como na Paraíba; 2º Entender a mudança de posicionamento da Igreja Católica paraibana depois de 1966; 3º Apresentar, a partir dos relatos transcritos, a história de vida de militantes religiosos que contribuíram com o processo de resistência contra a Ditadura Militar na Paraíba.

Como será nossa pesquisa? Iremos trabalhar com fontes secundárias e bibliográficas referentes ao nosso objeto de pesquisa, fazendo uso da História Oral na perspectiva de história de vida para construir a memória de alguns sujeitos que atuavam dentro da Igreja Católica paraibana no processo de resistência. Ao transcrever o documento sonoro colhido durante as entrevistas, o relato dos nossos entrevistados se tornou fonte

---

<sup>1</sup> Notícia do Jornal da Diocese A Imprensa, 06 de abril de 1964: Expressando os sentimentos altamente patrióticos, ante os últimos acontecimentos que resultaram em necessária renovação do regime democrático nacional, o Sr. Arcebispo Metropolitano D. Mario Villas Boas telegrafou aos principais chefes desse movimento que podemos considerar o mais firme golpe em todo plano de *comunicação* do país, próximo a concretizar-se. A palavra de nosso culto e mui virtuoso guia espiritual, é uma segurança para nossas opiniões, na presente conjuntura que atravessa o Brasil. Nestes termos foram redigidos as mensagens telegráficas de sua Exma. Revdma.:

João Pessoa, 2 – General Justino Alves Comando 4º exército. Recife. Na pessoa de Vossa Excia, saúdo nossas brilhantes forças armadas, que defenderam muito oportunamente nosso Brasil. Dom Mario, arcebispo; João Pessoa, 2 – Cardeal Câmara. Palácio Sumaré. Rio, Gb Admirável vigilância severa Vossa Eminência é uma luz neste momento. Saúdo efusivamente. Dom Mario, Arcebispo. João Pessoa, 2 – Governador Pedro Gondim. Palácio da Redenção. Neste. No dealbar desta aurora de nova paz, saúdo Vossa Excelência cuja colaboração foi muito oportuna presente momento (PEREIRA, 2012, p. 68-69)

(MONTYSUMA, 2006) para o nosso trabalho e foi objeto de destaque no terceiro capítulo de nossa pesquisa.

Inicialmente, passamos pelo processo de pesquisa em livros e artigos científicos que compreendesse o que pesquisávamos. Em seguida, passamos a ler e selecionar as partes que nos interessavam. Todos os arquivos deveriam estar dentro do recorte do nosso trabalho – 1964/1985 – em especial que discutisse sobre a Igreja Católica e igualmente sobre o processo de resistência dos seus membros na Paraíba.

Devido a vasta produção sobre o tema, nos atemos à pesquisa historiográfica e sua leitura para produção do nosso trabalho. Dessa maneira, não foi necessário enveredar-se por arquivos, usar fontes primárias ou jornais para a pesquisa. Boa parte do que estamos usando é fruto do Projeto de Pesquisa PIVIC “*Memória e resistência à Ditadura Civil-Militar: a atuação dos militantes religiosos e leigos na Paraíba (1966-1981)*” do qual fiz parte sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Monique Guimarães Cittadino e que aqui também me orienta.

As leituras feitas anteriormente sobre Ditadura Militar na Paraíba, Igreja Católica no processo de resistência, a atuação de Dom José Maria Pires no estado e os conflitos agrários ao longo da década de 1970 foram fundamentais para o nosso embasamento teórico, uma vez que além de darem sustentação para o nosso trabalho, nos fizeram conhecer mais a fundo o que nos propomos a estudar. Sendo assim, fizemos uso do livro “Estado e oposição no Brasil” (1989) de Maria Helena Moreira Alves para compreendermos o jogo político por detrás do governo ditatorial; usamos também Scott Mainwaring, “Igreja católica e política no Brasil” (2004), buscando entender a Igreja Católica como uma instituição política; na esfera local, lemos Pereira (2012) “A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba” a fim de entender a importância de Dom José Maria Pires na mudança de postura da Igreja paraibana; e por fim, e não menos importante, usamos Mitidiero (2008) “A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba” que de forma ampla vai discutir a ação da Igreja a partir de suas pastorais em defesa do direito à terra no Estado da Paraíba.

Dessa maneira, a partir do cruzamento das informações recolhidas e sobretudo da análise historiográfica, pudemos elaborar uma interpretação acerca do processo desempenhado pela Igreja e seus membros no combate à Ditadura Civil-Militar no estado.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está elaborado em quatro seções. A primeira é introdutória, pensada para discorrer sobre os percursos teórico e metodológico da pesquisa – parte que acabamos de descrever acima e que se encerra aqui.

Na segunda, “Os anos de chumbo: a Ditadura Civil-Militar no Brasil” analisaremos a Ditadura Militar em caráter nacional e local em duas subseções, a saber: 1. “A instalação do Estado Autoritário em 1964” e 2. “Perseguição a oposição na Paraíba pós-golpe”.

Na terceira seção “A igreja católica paraibana durante a ditadura militar” buscamos entender o posicionamento da Igreja Católica paraibana frente ao golpe de 1964. Esta parte é dividida em três subseções: 1. “Na luta contra a comunização do Brasil: o apoio da Igreja Católica ao golpe”; 2. “A chegada de Dom José Maria Pires e a mudança de postura da Igreja paraibana” e 3. “A Igreja em campo: a criação do 1ª Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil (1976) e a defesa dos trabalhadores rurais”.

Por fim, na quarta seção “História de vida: construção da memória de militantes religiosos paraibanos a partir do PIVIC (2019-2020)”, faremos uma breve discussão sobre história oral e depois descreveremos as entrevistas. Dividimos em três subseções: 1. “Memória e história: uma breve análise sobre o uso da História Oral” 2. “Toda uma vida dedicada à luta pelos pobres: história de vida de Alder Júlio Ferreira Calado” e 3. “Largando a batina para viver a ação de Deus em comunidade: história de vida de João Batista Magalhães Sales”.

## **SEÇÃO 2**

### **2. OS ANOS DE CHUMBO: A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL**

#### **2.1 A Instalação do Estado Autoritário em 1964**

Tendo início no dia 01 de abril de 1964, a Ditadura Civil-Militar no Brasil durou aproximadamente 21 anos sobre pretexto de restaurar as instituições democráticas ameaçadas e reestabelecer a ordem. No dia seguinte ao golpe, após invadir as ruas com carros blindados e soldados aquartelados, foi declarada vaga, pelo Congresso Nacional, em reunião extraordinária, a cadeira de Presidente da República ocupada por João Goulart – Presidente democraticamente eleito. O poder agora estava nas mãos de uma junta militar comandada pelo general Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Correia de Mello.

Dada a vacância do cargo, o Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, que “funcionava como testa de ferro” do Alto Comando Militar, assume o executivo nacional até que fosse escolhido entre os militares um novo Presidente da República. Seu papel enquanto substituto era apenas figurativo uma vez que as deliberações eram dadas pelos militares. Oito dias após o Golpe, no dia 9 de abril de 1964, foi editado e promulgado o Ato Institucional de nº 1 pelo Alto Comando. No AI-1 estavam presentes as justificativas e as motivações do Golpe. Através desse Ato, que tinha força de lei, foi dada ao Executivo plenos poderes em todas as esferas, limitando a atuação tanto do Legislativo quanto do Judiciário. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1987), os poderes Legislativos eram em grande parte transferidos ao Executivo. Ficava a cargo do Executivo Nacional, a partir daquele momento, deliberar, executar e julgar tudo que fosse de interesse interno e externo.

As funções afetas do Legislativo foram absorvidas pelo Executivo que passou a exercer a parte ativa, relegando a um Congresso “decapitado” um papel passível subordinado: aprovar ou rejeitar as iniciativas do Executivo nos prazos que o próprio Executivo estabelecia (GERMANO, 1993, P. 57)

Eram permitidos também a cassação, investigação e julgamento de pessoas sem direito a defesa. Foram criadas em todas as esferas do funcionalismo público comissões de inquérito que passaram a investigar a vida de todo o cidadão a nível Federal, Estadual e Municipal.

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) oficializados por Castelo Branco – então Presidente da República - em 27 de abril de 1964, tornaram-se uma arma fundamental para repressão. Os IPMs constituíam um mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do “inimigo interno” (ALVES, 1987). Como o inimigo interno poderia ser qualquer um e estar em qualquer lugar, as acusações e perseguições dos cidadãos passaram a ser frequentes. Na esfera política local, muitos políticos usaram dessa ferramenta para eliminar seus opositores e reestabelecer o poder com a simples afirmação de que seu adversário era simpatizante do comunismo. Militares legalistas vinculados ao governo João Goulart também foram duramente perseguidos dentro da corporação. Dessa maneira, estava dado as bases para a institucionalização do Estado de Segurança Nacional que pretendia frear qualquer reação de resistência da oposição além de combater as ameaças do inimigo interno.

Grupos de militares legalistas contrários a qualquer medida autoritária que havia dentro das Forças Armadas e que, em outros momentos foram tão decisivos, passaram também a ser eliminados. Professores universitários, estudantes, entidades ligadas ao movimento estudantil (UNE), líderes sindicais, camponeses e militantes vinculados a Igreja Católica eram também considerados comunistas e subversivos e, portanto, deveriam ser duramente reprimidos. Várias instituições federais de ensino e órgãos de representação estudantil em todo país foram invadidos e sofreram intervenção militar.

Durante a “Operação Limpeza” não era obrigatório a comprovação das acusações para que o cidadão fosse levado a prisão e sofresse suas consequências. Apenas o testemunho da opinião pública bastava para provar as atividades subversivas ou revolucionárias. Só nos primeiros meses após a tomada do poder mais de 50.000 pessoas foram presas (ALVES, 1987). Instaurou-se no Brasil um verdadeiro período de caça às bruxas.

A estratégia utilizada pelos golpistas foi a de dismantelar as oposições e para que isso acontecesse criaram, em 14 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) que serviria a esse propósito. O objetivo desse organismo era coletar e analisar informações pertinentes a Segurança Nacional e colher informações que viesse a ajudar na luta contra o inimigo interno. Para termos ideia da importância que esse organismo passará a desempenhar no Estado Autoritário, por conter informações privilegiadas e confidenciais a respeito de todos os integrantes da sociedade brasileira, alguns dos generais que tiveram à sua frente – homens poderosos - se tornaram Presidentes da República nos anos que se sucederam.

Os partidos políticos que faziam oposição ao regime levaram um duro golpe depois das eleições de 1965. Em novembro de 1965, foi baixado o Ato Complementar Nº 4 que extinguiu todos os partidos políticos consolidados até então e estabeleceu normas para a criação de apenas dois partidos: ARENA – que concentraria civis simpatizantes do Regime e militares - e o MDB – partido de oposição. Os parlamentares de oposição se concentraram na formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o partido governista passou a se chamar Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O regime de bipartidarismo vigorou até o final de 1979, no qual puderam ser criados novos partidos para o pleito eleitoral do ano seguinte.

Ainda no campo político aconteceram outras modificações, sendo instituída, através do Ato Institucional nº 3, a eleição indireta para governadores dos estados e prefeitos das capitais. A partir de então, os governadores seriam escolhidos pelas assembleias legislativas estaduais e os prefeitos das capitais seriam nomeados pelos governadores. Com essa medida, o poder político dos estados ficou sob a tutela do Governo Federal. Concomitantemente, foi estabelecida censura aos veículos de TV e rádio, impedindo-os de transmitir qualquer mensagem contrária a atuação dos militares.

Mesmo diante da repressão promovida pelo Estado brasileiro aos “subversivos”, setores da sociedade civil não se submeteu passivamente ao aparato repressor e permaneceu resistindo. E ao que se mostrava como uma pequena abertura promovida por Costa e Silva houve intensa mobilização dos setores descontentes. A classe estudantil em todo o país, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), se organizou e promoveu grandes mobilizações com congressos, comícios e passeatas que uniram estudantes de todo o país contra a política de reforma universitária e a melhora da alimentação dos estudantes mais pobres dentro e fora dos campi entre os anos de 1967 e 1968. Durante um desses protestos o estudante secundarista Edson Luís foi morto a tiros pela polícia em frente ao restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Sua morte catalizou a indignação de setores médios urbanos da sociedade que se uniu e saiu às ruas em protesto contra a truculência da polícia. A imprensa divulgou amplamente o fato, gerando grande comoção nacional. Quem ainda tivesse dúvidas do arbítrio e da violência propiciados pelo regime, a partir desse episódio não tinha mais o que duvidar (PENNA, p. 295).

As greves de Contagem (MG) e em Osasco (SP), ocorridas em 1968, foram realizadas como forma de expressar o total desacordo da classe trabalhadora com a política econômica de arrocho salarial levada a cabo pelo governo. A Igreja Católica, que no início havia apoiado o golpe em 1964, passou a concentrar em seu espaço, após o decreto de dezembro de 1968 que instituiu o AI - 5 – dentro e fora de seus muros - movimentos de luta e de resistência, além de denunciar torturas, desaparecimentos de presos políticos e a truculência cada vez maior com que a polícia e o exército tratavam a sociedade civil<sup>2</sup>. Ela atuava junto ao movimento sindical a partir das Comunidades

---

<sup>2</sup> [...] A CNBB começou a adotar posições mais críticas em relação ao Estado. A 18 de fevereiro de 1969, em resposta ao AI nº 5 e à onda de repressão contra a Igreja, a CNBB deu um passo adiante na questão dos direitos humanos. Os bispos criticaram o AI nº 5 por permitir violações arbitrárias dos direitos humanos, inclusive sua restrição à autodefesa em tribunal, o direito de expressar opiniões e o direito à informação.

Eclesiais de Base (CEBs), tendo o trabalho de conscientizar e dialogar com os trabalhadores a partir de suas pastorais (Pastoral Operaria e Pastoral dos Trabalhadores). Além disso, a Igreja Católica, através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) teve papel fundamental no engajamento em defesa dos direitos humanos. Parte dos congressistas do MDB formaram uma Frente Ampla e partiram para o enfrentamento. A Frente Ampla era formada por políticos tradicionais e trazia junto a si lideranças conservadores que outrora pediram a intervenção, como é o caso de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, e que romperam ainda no governo Castelo Branco. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1987), a Frente era especialmente ameaçadora para o Estado de Segurança Nacional por atrair representantes das classes médias que haviam apoiado o golpe militar. Seu principal objetivo era a redemocratização do país e a realização de eleições livres.

Em resposta a crescente manifestação da sociedade civil, a forte pressão do grupo chamado de “linha dura” – militares que adotavam posições mais radicais - e a perda que obteve no Congresso Nacional<sup>3</sup> ao pedir a suspensão da imunidade parlamentar de Marcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, em menos de 24 horas, do dia 13 de dezembro de 1968, foi baixado o Ato Institucional de nº 5 (GERMANO, 1993) representando a vitória dos “linha-dura”. Segundo Germano,

Livre de qualquer controle social e político, o Estado atingia, portanto, o mais elevado grau de autonomia (no período pós-1964) – notadamente no que diz respeito ao seu aparato repressivo e às Forças Armadas -, tornando evidente o sentido cesarista da intervenção militar. As forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo caminho para a instauração do terror do Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos faziam parte da cena brasileira da época. Ao lado, foi instaurado a censura à imprensa, à educação e à cultura (GERMANO, 1993, P. 66).

O AI-5 representou o fechamento total do Regime. Os direitos dos cidadãos foram praticamente liquidados. O Congresso e o Judiciário que antes não tinha autonomia suficiente se tornam incapazes de reagir. A imprensa foi ainda mais sufocada, o trabalho de muitos artistas foi censurado e proibido de serem divulgados. Houve o controle político-ideológico nas instituições de ensino em todo o país ao mesmo tempo em que

---

Criticaram o governo militar por ameaçar a dignidade física e moral do indivíduo e por estimular uma radicalização maior da situação política ((MARINWARING, 1989, p. 130).

<sup>3</sup> Após o discurso do parlamentar, o Executivo solicitou a suspensão de sua imunidade parlamentar para processar o referido deputado. O Congresso negou, por 216 contra 141 a favor (GERMANO, 1993, p. 65).

grupos da esquerda armada se organizavam para partir para a luta armada. Segundo Silva (2003), o AI-5 produziu “o golpe dentro do golpe”.

O regime a partir de agora havia se fechado. Para muitos militantes de esquerda a saída seria partir para luta. A exemplo desses grupos armados que partiram para o embate direto com as forças repressivas estão a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). As principais ações dos grupos revolucionários foi o sequestro de embaixadores estrangeiros, assalto a bancos e saques a quartéis do exército. Essas ações representavam a resistência desses movimentos ao estado e possibilitava usar os embaixadores estrangeiros como moeda de troca por presos políticos, além de chamar a atenção do mundo para o que estava acontecendo no país. Quanto aos assaltos a bancos, utilizavam do dinheiro para compra de armas e munições que usavam durante as ofensivas.

O general Costa e Silva, segundo Presidente Militar depois do Golpe, morreu durante o mandato e o novo governo passa a ser comandado por uma junta militar até que o general Médici viesse assumir a cadeira. O vice-presidente Pedro Aleixo foi impedido de assumir o posto, o que em outras palavras caracterizou violação da Constituição de 1967, redigida com princípios do novo regime. Emílio Garrastazu Médici marca a era dos “linha-dura” no poder, embora Costa e Silva também seja considerado parte desse grupo. O governo do general Médici vai de 1969 a 1974. Durante o seu mandato, o país passou por um crescimento considerável na economia registrando altas taxas no crescimento do PIB que chegaram a mais de 9%. Esse período é mais conhecido como o “milagre econômico”. O programa econômico do governo abria as portas do país para investidores estrangeiros de toda natureza. A partir disso, a classe média urbana cooptava pelo resultado dessa aparente prosperidade tornando-se aliada passiva do regime (PENNA, p. 302).

Essa aparente prosperidade representada pelo “milagre econômico” não foi vista de maneira uniforme por toda a população, principalmente pela classe trabalhadora. O próprio Médici veio a declarar que “o país vai muito bem, mas o povo vai mal”. Houve aumento na concentração de renda dos mais ricos e a diminuição dos mais pobres ao longo da década de 1970. Em 1960, 10% dos mais ricos concentravam 39,6% da riqueza total enquanto que os 60% mais pobres partilhavam 24,9% da referida renda. Já entre 1970 e 1972, o percentual da renda dos 60% mais pobres caiu para 16,8 % e o dos mais

ricos concentraram 13% a mais, chegando a 52,6% da riqueza total (GERMANO, p. 89). Com os resultados positivos da economia, intensificou-se a propaganda ufanista a fim de manipular a opinião pública, ao mesmo tempo que tentaram, através da censura, esconder do povo o que se passava nos porões da Ditadura.

Manipulando habilmente os meios de comunicação, criando a imagem do Brasil grande potência – o lema do governo é: Brasil: ame-o ou deixe-o -, capitalizando a vitória do Brasil no campeonato de futebol de 1970, o governo atinge grande sucesso. Sem qualquer limite ou condicionamento trabalhista ou sindical, praticando violento arrocho salarial, o governo gere o chamado “Milagre Brasileiro”, um crescimento contínuo, ao longo do início da década de 1970, com taxas anuais em torno de 11% (SILVA, 2017, p. 260)

A eleição de Geisel em 1974 marca o início do que se caracteriza como uma abertura política, porém de forma controlada, “lenta, gradual e segura”. A experiência da luta armada e a pressão dos militares “linha-dura”, contrários ao projeto de abertura, impossibilitava que acontecesse o fim do regime e o retorno à democracia. Para tanto, seu governo foi marcado por atentados com bombas nas principais capitais do país como forma de mostrar o descontentamento de grupos contrários a abertura promovida pelo governo. Tanto a ABI quanto a sede da OAB no Rio de Janeiro sofreram ataques com bombas. Os militares não se importaram em investigar e punir os culpados pelos atos de terrorismo. Mesmo vindo de uma linha mais moderada entre os militares, Geisel governava com mão de ferro principalmente no que diz respeito a oposição.

As pressões pela redemocratização aumentavam. Ficou claro, após a derrota de grupos que aderiram a experiência da luta armada que, só à sociedade civil, com um projeto político definido, poderia levar a cabo a luta pela redemocratização. Formou-se então em torno do MDB um canal natural onde as oposições – PCB, CNBB, OAB, UNE, sindicatos, artistas, trabalhadores e a classe média – unidas derrotariam o inimigo no campo democrático. Neste sentido, as eleições de 1974 marcam o início da vitória do MDB, contrariando as expectativas Arenistas. Contudo, a resposta à vitória do MDB veio na eleição seguinte, quando foi baixada, a partir do Decreto Lei nº 6.639, a Lei Falcão, que proibiu a propaganda política nos veículos de comunicação, rádio ou TV, permitindo apenas a exibição do ~~e-seu~~ retrato do candidato, e ampliou-se em 1977 com o Pacote de Abril, que tornara permanente as eleições indiretas para governadores. Com essas medidas para barrar as eleições de candidatos emedebistas, podemos perceber a projeção

que o partido vinha tomando como oposição em todo o território nacional e a consequente fragilidade do regime.

O milagre brasileiro se transformou em um pesadelo e repercutiu negativamente no apoio que o governo possuía em setores da sociedade. O aumento no preço do barril de petróleo provocado pelo “primeiro choque do Petróleo”, em 1973, fez cair a receita do Brasil e a inflação disparou de forma ascendente nos anos subsequentes, fazendo o governo entrar em crise. O regime não tinha mais total legitimidade diante das elites. Quando Geisel deixou o poder, a dívida brasileira chegava a 45 bilhões de dólares.

No ano de 1978 tem início a campanha pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, que chega ao fim em agosto de 1979 durante o governo Figueiredo, com a autorização do retorno de grandes lideranças políticas exiladas do país. Segundo Silva (2017), a anistia era um dos principais pontos da agenda de João Baptista Figueiredo e mobilizou a sociedade civil em todas as esferas que exigiam seu retorno. Vale ressaltar que a anistia proposta por Figueiredo, sem negociar com a oposição, assegurava o não revanchismo entre os militares e a oposição, dando o perdão tanto aos políticos exilados quanto aos militares que estavam diretamente envolvidos com a repressão. Ainda em 1978, Geisel extinguiu o AI-5 depois de longos 10 anos, reestabelecendo o habeas corpus e retomando a independência do judiciário. A iniciativa do governo Geisel só foi possível em face do grau de mobilização da sociedade (PENNA, p. 320). Contudo, sob a direção do novo presidente, tem início a transição política.

Sofrendo grande influência da linha mais moderada entre os militares, Figueiredo foi um dos generais que estiveram à frente do Sistema Nacional de Informação (SNI) e por estar entre os homens de confiança de Geisel e Golbery, é indicado e eleito indiretamente Presidente da República na certeza de que daria continuidade ao processo de abertura iniciado por eles. Figueiredo passa aproximadamente 5 anos no comando do Executivo, de 1979 a 1985. Ele herda dos governos anteriores uma crise econômica gigantesca seguida do processo inflacionário que corroeu os salários dos trabalhadores, além da diminuição progressiva do PIB do país após o novo choque do Petróleo em 1979. Junto a isso, mais uma vez os militares descontentes com o processo de abertura passaram a promover ataques terroristas na tentativa de frear o fim do regime<sup>4</sup>. O atentado do

---

<sup>4</sup> Ao longo da década de 1980 grupos de extrema direita descontentes com o processo de abertura promovidos por Geisel e seguidos por Figueiredo iniciaram ataques terroristas visando criar um clima de

Riocentro foi entre os ataques a bombas o mais planejado e audacioso pensado pelos militares. A ação deveria acontecer no dia 01 de maio de 1981, quando se comemorava o Dia do Trabalho, e na ocasião aconteceria show e haveria uma grande concentração de pessoas. Mas para infelicidades dos militares, uma das bombas que carregavam no interior do veículo explodiu no colo do sargento do exército Guilherme Pereira do Rosário que morreu na hora. Não houve por parte do governo interesse algum em investigar os mandantes do ataque ao Riocentro e o acontecimento foi engavetado, o que levou ao pedido demissão de um dos principais ideólogos do regime, o general Golbery do Couto e Silva.

As ruas voltam novamente a tomar a dianteira da oposição no país e povo exige o retorno da Democracia a partir da eleição direta para Presidente. Em 1983, a campanha das Diretas já! toma as principais avenidas das capitais brasileiras encabeçada por movimentos de esquerda junto ao Partido dos Trabalhadores e outros seguimentos da sociedade civil. O Partido dos Trabalhadores surgiu dentro do movimento operário apoiado pela Igreja, e foi oficializado quando da criação das novas legendas após o fim do bipartidarismo. O líder do partido, Luís Inácio Lula da Silva, havia ganhado notoriedade nacional ao promover greves junto ao operariado no ABC, em São Paulo, nos anos finais da década de 1970, e por caracterizar forte oposição ao regime. Também apoiavam as campanhas pelas diretas, os governadores Leonel Brizola (RJ), Tancredo Neves (MG), Franco Montoro (SP) e o deputado Ulysses Guimarães.

A campanha por eleições diretas foi amplamente aprovada ~~pelas~~ pelo povo. Agora, esperava-se atentamente a votação da Emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional. Para que fosse aprovada, a emenda precisava de no mínimo 320 votos dos congressistas, porém, contrariando a euforia dos que aguardavam ansiosos pelo resultado, a Emenda obteve apenas 298 votos, menos do que necessário para que fosse aprovada.

O que poderia significar a redenção da política e dos políticos, face a excrecência dos anos mais tristes da ditadura, acabou por produzir uma sensação contrária. O Congresso Nacional na sua maioria demonstrou estar à altura daquela exigência histórica, mas boa parte de seus integrantes ainda se curvavam às pressões do Executivo, ou a política de favorecimento pessoal (PENNA, 1989, p. 330)

---

insegurança no país. Foram implantadas bombas na CEBRAP, explosões ocorreram em bancas de jornais, na sede da Presidência da OAB, além de sequestros a personalidades públicas como foi o caso do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito.

Com esse resultado ficou claro que o processo de sucessão de Figueiredo ficaria sob encargo dos congressistas e que esse seguiria contrariando até mesmo as vozes da rua. Depois de intensos debates na cúpula dos partidos, foi escolhido para assumir a cadeira da presidência o Governador de Minas Gerais e ex-Ministro de Getúlio Vargas, Tancredo Neves (PMDB). O governo havia indicado Paulo Maluf para a disputa das eleições, mas ele não havia conseguido unir o partido tendo ocorrido dentro da própria legenda (PSD) campanha contrárias à sua candidatura (antimalufistas). Tancredo Neves sempre foi um grande articulador político e havia desenvolvido forte capacidade de articulação durante todo o período autoritário, transitando em todas as esferas de poder. Por essa razão, foi indicado para realizar a “transição pactuada” de maneira a evitar uma crise política naquele momento.

Definido o nome para presidência, era preciso decidir quem seria o vice de Tancredo para compor a chapa. Foi definido o nome de José Sarney, ex-presidente do PSD, que votara contra a emenda Dante de Oliveira anteriormente. A aliança PMDB-PFL foi suficiente para ganhar as eleições indiretas de 1985 contra Paulo Maluf (PDS). Antes mesmo de assumir o posto de Presidente, Tancredo Neves, aos 74 anos de idade, travava uma luta árdua para manter sua saúde que naquele momento se encontrava comprometida. Na véspera de ser empossado, é conduzido e internado no Hospital de Base onde permanece até o mês de abril de 1986, quando não mais resiste as intensas dores e falece.

A incerteza se estabelece no país na eminência de um novo golpe no dia previsto para a posse do então presidente. Tem início um série de discussões sobre quem deveria assumir o lugar de Tancredo na esperança de sua recuperação, o Vice-Presidente ou o então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Optou-se que fossem seguidos os meios legais previstos na Constituição, assumindo, naquele momento, depois de 21 anos de Regime Militar, José Sarney, ex-Presidente do PDS, partido que fora dominado pelos militares. A partir de então tem início a Nova República.

## **2.2 Perseguição a oposição na Paraíba pós-golpe**

A eclosão do Golpe Civil-Militar na Paraíba tem suas raízes no agrupamento de forças dos setores conservadores da sociedade paraibana, como as oligarquias da zona açucareira pertencentes ao Grupo da Várzea, que dominavam política e economicamente o estado. Unidos a eles, encontravam-se também os militares que não estavam de acordo

com os acontecimentos que vinham se desenrolando a nível nacional e passaram a conspirar contra Jango. Assim, a articulação do golpe na Paraíba contou com a participação conjunta de setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas (NUNES, 2014).

Embora tenha cedido às pressões das oligarquias paraibanas anteriormente e se afastado das bases populares, o então Governador do Estado, Pedro Gondim, não participou diretamente da conspiração golpista, porém não se nega que havia uma relação íntima entre ele e os oficiais que se destacavam na Paraíba. Na análise de Nunes (2015) nada indica que o governo estadual, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. Para tanto, deflagrado o golpe no estado da Guanabara em 01 de abril de 1964, com tropas marchando nas principais capitais do país, Pedro Gondim foi pressionado a declarar-se a favor do movimento golpista não apenas por sua base aliada (auxiliares diretos ou deputados), como também pelos coronéis d'Ávila e Pitaluga que foram até o palácio exigir do Governo uma posição.

A definição da decisão de Pedro Gondim, contudo, seria tomada na manhã do dia 01 de abril com a chegada do líder do governo na Assembleia, Antônio Vital do Rego, que leu a carta de apoio do então Governador aos golpistas. Segundo Cittadino (1998) a posição do governo após a noite de vigília, garantiu-lhe não apenas sua permanência à frente do Governo do Estado, como sua liberdade, pois se a decisão fosse outra, ele teria sido deposto do cargo e depois preso, como aconteceu com outros governadores, a exemplo de Miguel Arraes, governador do estado de Pernambuco. Na tentativa de sobreviver politicamente ao movimento em curso, ele conclama a Ditadura. Desse momento em diante, Pedro Gondim passa a dar total apoio aos militares.

A deflagração do golpe levou a uma desmobilização das manifestações a favor das reformas de base programadas para o mês de abril nas cidades de João Pessoa, Cabedelo e Santa Rita, e que contavam com o apoio de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, dos Governadores Miguel Arraes e Seixas Dória, e do prefeito de Recife, Pelópidas Silveira. Essas manifestações obviamente não chegaram a concretizar-se, constituindo-se, por assim dizer, no fim das aspirações populares pelo avanço de um processo de transformação social liderada por aquelas forças (CITTADINO, p. 154).

No imediato pós-golpe na Paraíba, tem início a perseguição generalizada aos líderes de movimentos sociais (rurais e urbanos) e aos dirigentes de organizações sindicais que atuavam junto aos trabalhadores no estado para conter qualquer foco de resistência. Porém, mesmo diante das perseguições que se estendiam no imediato pós-golpe, grupos de esquerda organizada se reuniram em algumas cidades do estado e organizaram movimentos contrários a ruptura institucional.

Na noite do dia 31 de março foi organizado em João Pessoa, no bairro Cruz das Armas um comício que reuniu lideranças de esquerda. Logo após o início do comício, uma guarnição militar chegou ao local e dispersou a multidão que se fazia presente. Na cidade de Rio Tinto, por sua vez, também houve resistência ao golpe na ocasião em que camponeses e operários em conjunto com sindicalistas e lideranças das ligas camponesas, que contavam com o apoio do prefeito, cercaram as principais entradas da cidade com arame farpado e paralisaram as atividades da fábrica de tecidos. Logo, guarnições da Polícia Militar de Sapé e Mari dirigiram-se ao local e reprimiram duramente a manifestação. Muitos dos presentes foram presos. O prefeito da cidade conseguiu fugir, mas dias depois se apresentou no Quartel do 15º Batalhão de Infantaria onde ficou preso por 6 meses e perdeu seu mandato de prefeito. Os prefeitos, Antônio Mariz, em Souza, e Newton Rique, em Campina Grande, também foram presos e perderam seus mandatos por promoverem atos e se declararem contrários ao golpe. A cassação de mandatos e exoneração de cargos tanto no Legislativo quanto no Executivo se tornou uma constante na Paraíba a medida em que eram instaurados os IPMs. Qualquer ligação com movimentos de esquerda ou a defesa de ideologias que se distanciasse do objetivo da revolução seria suficiente para que o indivíduo tivesse seus direitos políticos cassados por tempo indeterminado.

A cassação de mandatos de parlamentares na Paraíba deu-se antes mesmo do estabelecimento do Ato Institucional Nº 1 (AI-1) assinado por Castelo Branco em 9 de abril de 1964. Tanto a Assembleia Legislativa do Estado, quanto a Câmara Municipal de João Pessoa, nos dias que se seguiram ao momento inicial do golpe militar, aprovaram Projetos de Resolução que estabeleciam cassação dos mandatos de deputados e vereadores envolvidos com movimentos sociais. A cassação era um instrumento vital para que os políticos identificados com propostas populares ficassem totalmente impossibilitados de, em futuras eleições, voltar a ocupar a cena política (CITTADINO, p. 169). Foram realizadas sessões extraordinárias que aprovavam instantaneamente o fim do

mandato desses parlamentares, muitos dos quais vinculados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Desse momento em diante, as perseguições tornaram-se constantes no estado. A deflagração da “Operação Limpeza” por Castelo Branco a partir da instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) criou mecanismos para investigar o funcionalismo público nas repartições civis e militares a nível federal, estadual e municipal na tentativa de identificar atividades subversivas e possíveis inimigos internos. Além dos IPMs, também foram criadas Comissões Especiais de Inqueridos ou Sindicância que auxiliavam na fiscalização das denúncias sobre possíveis práticas suspeitas no quadro de funcionários. Após apurada as denúncias era enviada ao Governador a lista de funcionários que deveriam ser demitidos, dispensados ou aposentados compulsoriamente. Muitas dessas denúncias eram feitas sem nenhum fundamento na intenção de poder se livrar de desafetos políticos ou pessoais. Um exemplo claro dessas acusações aconteceu na cidade de Souza, no sertão paraibano, quando Antônio Mariz foi denunciado de ser subversivo pelos Gadelha, por ter convidado um casal de negros para serem padrinho de seu casamento. As duas famílias disputavam o poder político naquela região e essa seria uma maneira de se livrar do seu opositor.

Lideranças sindicais e estudantis, jornalistas vinculados a API, membros do PCB, professores universitários e membros das ligas camponesas foram reprimidos, perseguidos e vigiados. Uma das saídas encontradas dos militantes dessas entidades para escapar dos militares, segundo Cittadino (1998), no momento inicial ao golpe, foi tomar refúgio na casa de amigos e parentes na tentativa de se esconder. Porém, na maioria das vezes, refugiar-se entre parentes mostrou-se absolutamente inútil, uma vez que através dos aparelhos de investigação a onipresença do estado descortinava os segredos, impondo severos limites a qualquer tentativa do indivíduo em não ser reconhecido.

A Ditadura Civil-Militar instaurou no país um verdadeiro período de caça às bruxas. Essa afirmação se faz palpável quando percebemos a reação da sociedade diante daquilo que ficou conhecido como ‘cultura do medo’. Era comum ver em matérias de jornais pessoas publicarem seus antecedentes como forma de se precaver de possíveis acusações de participação com algum movimento esquerdista que afetaria tanto seu convívio entre as pessoas como também o seu trabalho. As publicações nos semanários eram feitas de

maneira a antecipar perseguições ou qualquer que fosse a retaliação por parte dos militares.

Ter o seu nome incluído em uma lista de investigação significaria, para o indivíduo, a sua identificação com uma marca permanente que o acompanharia em toda a sua vida pessoal e profissional, marginalizando-o dentro da sociedade e prejudicando as possibilidades de crescimento e desenvolvimento profissional (CITTADINO, 1998, P. 179).

Qualquer forma de organização popular era vista como foco de subversão e devia ser eliminada. A Associação Paraibana de Imprensa (API) e a CEPLAR – entidade que atuava na educação popular – estavam entre elas. Estas entidades foram invadidas por tropas do exército juntamente com grupos de civis enfurecidos que buscavam documentos que comprovassem o envolvimento dos líderes dessas associações com grupos comunistas. Inúmeros dirigentes e professores foram presos, inquéritos policiais militares foram montados e as atividades dessas associações foram paralisadas. Após a intervenção na API, que destituiu Adalberto Barreto da direção da instituição, jornalistas de linha mais conservadora, em assembleia, elegeram uma nova diretoria. Na ocasião concorreram a direção da API José Leal e Otinaldo Lourenço, sendo a chapa de José Leal e seus admiradores vencedora. A API fica entregue, portanto, aos principais defensores do golpe dentro dos meios de comunicação na Paraíba (CITTADINO, p. 171).

No âmbito do movimento estudantil e nas instituições de ensino superior não foi diferente do que aconteceu na API. A UPES (União Pessoaense de Estudantes Secundaristas), AESP (Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba) e UEEP (União Estadual dos Estudantes da Paraíba), entidades que desde sempre se mostravam resistentes aos expurgos autoritários, sofreram intervenção direta e tiveram seus dirigentes substituídos por interventores, sendo estes, na maioria das vezes, indicados por militares ou considerados de sua inteira confiança. Na UFPB, professores e estudantes universitários foram perseguidos, além do então reitor da instituição Prof. Mario Moacyr Porto, que foi afastado do cargo. Para substituir o então reitor, foi escolhido alguém que se identificasse com os propósitos autoritários do novo estado. Dessa maneira, foi indicado para dirigir aquela instituição de ensino superior o Prof. Guillard Martins Alves, capitão-médico e professor da faculdade de medicina, simpatizante do movimento golpista. Contudo, sua indicação objetivava impor perseguição a professores e estudantes universitários a fim de ter sob controle qualquer atividade considerada subversiva, fazendo uma verdadeira “limpeza” política-ideológica na academia.

No imediato pós-golpe aconteceram intervenções também em vários sindicatos da Paraíba a partir da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) por acreditar que seus antigos dirigentes estavam envolvidos em atividades subversivas ou eram financiados por grupos comunistas. Vale salientar que nos diversos sindicatos que sofreram intervenção direta, seus antigos dirigentes foram substituídos por novas pessoas de inteira confiança dos militares.

No Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade foi afastado e, em seu lugar, foi colocado, como interventor, o antigo presidente de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto, João Batista Fernandes. O presidente João Ribeiro Filho, da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba (FTIEPb) foi substituído pelo interventor Lorival Cavalcanti dos Anjos. No Sindicato dos Empregados, em estabelecimentos bancários da Paraíba, também houve intervenção (NUNES, 2015, p. 204).

A crueldade da repressão não se restringiu apenas a cidade. Na zona rural, onde se concentrava grande número de pessoas, as chamadas Ligas Camponesas sofreram com a arbitrariedade promovida pela Polícia Militar, pelo exército, mas que contou também com a colaboração de milícias privadas de proprietários rurais. Boa parte das operações que aconteciam na região da Várzea era comandada pelo Cel. Luís de Barros, descrito como “o terror em forma de gente” pela forma como agia. Para o latifúndio, deter os camponeses era manter a ordem secular vigente e, acima de tudo, manter seus privilégios resguardados, por esse motivo seria importante intervir diretamente no meio rural.

Nesse sentido, foi criado em torno das Ligas Camponesas não só o imaginário de subversão, de ‘comunização’, como também potencial foco de resistência na luta armada contra o regime, tendo em vista que durante os interrogatórios se perguntava incessantemente pelas armas que tinham vindo de Cuba e que estariam em posse dos camponeses. Nunes (2014) afirma que as Ligas Camponesas eram consideradas uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça a subversão da ordem. Portanto, os grandes latifundiários da região não aceitavam que os camponeses questionassem a estrutura de exploração a que eram submetidos, muitos menos concordavam com suas reivindicações em favor do direito à terra e da reforma agrária. Para eles, pensar simplesmente em reforma agrária custaria caro. Não era raro momentos em que, agindo com truculência, usineiros tomaram casas e terras de pequenos agricultores por sua

reivindicação. Nesse sentido, as Ligas Camponesas representavam para o latifúndio uma afronta direta aos seus interesses privados.

A repressão às Ligas foi generalizada e, na tentativa de desmobilizar o setor, suas principais lideranças foram presas, submetidas a longas sessões de tortura e longos interrogatórios repetidos por noites a fio. Entre as lideranças que passaram por todo esse processo estão o deputado Estadual Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba; o sapateiro, militante do PCB e organizador da Liga de Sapé, João Alfredo, mais conhecido por ‘Nêgo Fuba’; e Pedro Inácio de Araújo, também conhecido por ‘Pedro Fazendeiro’, militante em defesa dos direitos dos trabalhadores.

O deputado Assis de Lemos foi preso em Recife no mês de abril de 1964 e depois transferido para Ilha de Fernando de Noronha após passar por momentos de tortura física e psicológica. A mesma sorte não tiveram Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, que após ficarem presos durante meses no 15ª Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa, ao serem soltos desapareceram e nunca mais foram vistos pela família. Seu desaparecimento gerou forte discussão na sociedade paraibana, em grande medida na classe política, sendo o governo do estado intimado a se pronunciar sobre o fato. Porém, nada foi feito para solucionar o caso e até hoje procura-se resposta sobre paradeiro deles.

Monique Cittadino descreve em seu livro “Populismo e golpe de Estado na Paraíba” os procedimentos no qual os presos eram submetidos após sua prisão no 15ª RI. O tratamento durante os interrogatórios era levado com muita crueldade, chegando a esgotar as forças que restava aos interrogados. Na tentativa de arrancar informações - boa parte das vezes desconhecidas dos interrogados - os presos eram submetidos a tratamentos dessumamos. Segunda Cittadino,

Nas prisões, os detidos prestavam depoimentos, respondiam aos inquéritos nos quais haviam sido indiciados. O emprego da violência e da tortura para obtenção de depoimentos e outras informações eram frequentemente utilizado: interrogatórios repetidos ao longo de noites seguidas ou a submissão do preso a uma luz extremamente forte em seu rosto, impedindo-o de dormir, e desta forma, minando sua capacidade de resistência; ameaças de espancamento que, em grande número de vezes se concretizavam (CITTADINO, 1998, P. 158)

Embora a oposição estivesse sendo reprimida pelas forças golpistas, parte da sociedade civil paraibana, em um movimento que se podia notar a nível nacional, apoiava a intervenção militar que se ancorava no pretexto de restaurar a ordem democrática do

país. Muitos jornais do estado, em apoio ao movimento, publicaram notas de solidariedade aos militares durante todo o mês de abril de 1964 e aplaudiam a posição de Pedro Gondim ao se mostrar favorável ao movimento encabeçado pelas Forças Armadas. A Assembleia Legislativa Paraibana, através do Presidente da Casa, o deputado Estadual Clóvis Bezerra, lança nota saudando a gloriosa ação patriótica dos militares em defesa da “família, da religião e da propriedade”. Assim como o Legislativo estadual, a Câmara Municipal de João Pessoa, aprova congratulações ao Cel. Ednardo D’Ávilla de Melo, comandante da guarnição federal no Estado, ao major Renato Macário e ao Cel. Gadelha de Oliveira pelo seu empenho na condução da ordem (CITTADINO, p. 164). Títulos de cidadão paraibano e pessoense também foram aprovados e entregues pelos parlamentares a comandantes militares da região como forma de externar seu total apreço ao golpe.

Os jornais paraibanos ao longo dos meses de abril e maio de 1964 passaram a noticiar as Marchas da Família com Deus Pela Liberdade organizada pelo movimento feminino (MAFEP) com o apoio da Igreja Católica paraibana e outros setores da sociedade civil em todo o Estado – Associação Comercial de João Pessoa, Federação do Comércio do Estado da Paraíba -, enfatizando o caráter cívico dessa mobilização. Elas carregavam faixas exaltando a atuação dos militares e enaltecendo a vitória da Democracia contra o Comunismo em nome de Deus. Para tanto, em outras partes do país as marchas aconteceram antes do golpe e tiveram grande repercussão nacional, pois reunia mulheres conservadores que em grande medida representavam da classe média urbana e da elite industrial.

Fica claro, portanto que, para deflagração do Golpe de 1964, houve uma comunhão de forças que partiu da união da elite conservadora brasileira com grande parte do Alto Escalão Militar insatisfeitos com a crise política vivenciada até então no país. A intervenção que parecia durar meses e que assim foi apoiada por parcela significativa da sociedade, se estendeu por longos 21 anos. Contudo, só com a eleição de Tancredo Neves em 1985, depois de muita luta e resistência da sociedade civil organizada, o medo saiu de cena e pode-se ver de novo a democracia.

### **3 SEÇÃO**

#### **3 A IGREJA CATÓLICA PARAIBANA DURANTE A DITADURA MILITAR**

### **3.1 Na luta contra a “comunização” do Brasil: o apoio da Igreja Católica ao golpe**

A Igreja Católica brasileira desempenhou papel importante no processo que levou à instauração da Ditadura Civil-Militar de 1964. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que mobilizou mulheres da classe média urbana de todo o país contra o Governo de João Goulart e em favor da intervenção militar, diz muito do que seria a posição da maioria dos clérigos católicos naquele momento. De acordo com Mainwaring (2004) a Igreja Católica foi dirigida, entre 1963 e 1968, por grupos mais à direita e menos progressistas, o que leva a entender sua posição frente ao golpe. Vale considerar naquele momento o sentimento anticomunista que prevalecia dentro da instituição e que desempenhou papel fundamental nos rumos políticos que o país tomou.

Desde a criação da Conferencia Geral dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, sob iniciativa de Dom Helder Câmara, a entidade havia sido dirigida por bispos com a linha de pensamento mais progressistas. Porém, no ano de 1964, houve uma modificação nesse cenário. Durante a escolha para a nova direção da entidade, a lista que continha os candidatos conservadores obteve maior favoritismo, caracterizando a derrota em parte dos bispos de linha mais progressistas que haviam dominado a CNBB desde a sua gênese. A posição mais importante, a de secretário geral, foi transferida de Dom Helder Câmara a Dom José Gonçalves, um conservador, e o novo presidente foi Dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo, também um conservador (MAINWARING, 2004). Vale salientar que, nos doze anos que permaneceu no cargo de secretário geral, que se responsabiliza pela parte executiva da CNBB, o já bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, dom Helder Câmara, atuou com preocupações de caráter marcadamente político-social (KOPANYSHYN, 2015, p. 24). As decisões tomadas por este grupo eleito diminuem, temporariamente, a atuação da ala mais progressistas da Igreja Católica, porém, isso não quer dizer que as vozes desses religiosos, mesmo sob nova direção, foram caladas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Entendemos a Igreja Católica, neste momento, como uma instituição não homogênea onde se orbitava religiosos com diversas correntes de pensamento, sejam elas conservadoras, progressistas ou moderadas. Neste sentido, não podemos desconsiderar divergências dentro do corpo clerical, sobretudo, o surgimento de ideias alternativas a que tinha a nova direção da CNBB.

Já sob nova direção, no dia 3 de junho de 1964, como forma de agradecimento aos militares por terem livrado a nação de uma revolução comunista, a CNBB emite nota congratulando as Forças Armadas:

Atendendo a geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. (...) Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e esperança, sobretudo porque, em fase ao clima de insegurança e quase desespero que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesse da Nação. (MAINWARING, 2004, p. 102)

No entanto, não demorou muito para que membros do clero passassem a condenar a arbitrariedade do estado, uma vez que padres, missionários e os próprios fies católicos passaram a ser vítimas da perseguição e repressão do Estado de Segurança Nacional sob acusações de estarem conspirando contra a revolução. As ilusões uma vez idealizadas sobre o movimento de ‘redenção nacional’ foi dando espaço para denúncias de prisões arbitrárias, assassinatos e desaparecimentos misteriosos de lideranças da oposição. Em outras palavras, mesmo mantendo uma relação de aproximação, os religiosos faziam críticas duras pela maneira que era levada a política de repressão.

Ao longo da década de 1960 a Igreja passa por um processo de reforma e modernização em toda sua estrutura levada a cabo, principalmente, pelo chamado do então chefe da Igreja, o Papa João XXIII. Convocado pelo Papa em 1962, o Concílio Vaticano II reuniu bispos do mundo inteiro para discutir mudanças significativas no campo teológico, moral, litúrgico, organizacional e político, à procura de um papel mais participativo da Igreja e de seus membros na sociedade (KOPANYSHYN, 2015). O Concílio Vaticano II, segundo o Papa João XXIII, tinha por finalidade que a Igreja realizasse uma auto avaliação e se atualizasse frente a temas da contemporaneidade. Sua proposta era a de fazer um *aggiornamento* da Igreja, isto é, atualização e abertura (SILVA, 2019). Do Concílio resultou alguns documentos dentre os quais a encíclica *Popolorum Progressio* assinada pelo Papa Paulo VI cinco anos depois. A carta levanta um debate sobre o desenvolvimento dos povos e o papel ativo da Igreja nesse processo de melhoria da qualidade de vida, além de fazer certas críticas ao liberalismo (KOPANYSHYN, 2015).

No ano seguinte à publicação da *Popolorum Progressio*, ocorreu a Segunda Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, na Colômbia, onde foram convocados novamente os bispos da América Latina para discutir temas propostos pelo Concílio Vaticano II e como estava se desenvolvendo a ação do clero a partir de sua publicação. Os principais temas discutidos em Medellín, contudo, giravam em torno da causa das desigualdades sociais na América Latina e da ação da Igreja nas pastorais populares, assim como estabeleceu na população pobre sua preferência.

A Conferência de Medellín, mais do que o próprio Concílio, se aproximou do mundo dos pobres e fez dele um dos principais temas de suas reflexões e resoluções. O Papa Paulo VI, seu discurso de abertura, fez questão de ressaltar a prioridade que a Igreja e, sobretudo a Igreja Latino Americana, havia reservado ao tema do ser humano em suas várias dimensões (PEREIRA, 2012, p. 99)

Segundo Kopanyshyn (2015) no documento produzido em Medellín também houve espaço para que se discutisse o papel das Forças Armadas, em um contexto no qual vários países da América Latina encontravam-se sob tutela militar. Cabe ressaltar que este documento foi amplamente condenado pela Ditadura brasileira durante reuniões que participavam membros da Igreja e membros das Forças Armadas<sup>6</sup>.

Todos esses acontecimentos, assim como as mudanças estruturais no pensamento teológico-cristão a partir da Teologia da Libertação<sup>7</sup>, foram significativos para os rumos tomados pela Igreja na década seguinte. Embora tivesse apoiado o golpe anos antes, a Igreja Católica materializada no clero e em seus fieis, vai se tornar, nos fins dos anos 1960 e ao longo de 1970, foco central de resistência contra o regime militar - dentro e fora das cidades-, passando a apoiar as manifestações pelo retorno à democracia, na denúncia do excesso de força e truculência levado a cabo pela polícia e pelo exército contra camponeses, na proteção de presos políticos e membros da oposição, assim como na defesa dos Direitos Humanos a partir da criação do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos na Paraíba, por Dom José Maria Pires. O engajamento e o trabalho da Igreja nas

---

<sup>6</sup> O documento de Medellín certamente não foi visto com bons olhos pela ditadura militar no Brasil. Segundo Serbin (2002, p.240), os quatro primeiros encontros da Bipartite, que, como já dissemos, foi uma comissão formada por membros da hierarquia e leigos e por autoridades militares para discutir as tensões entre as instituições, tiveram como tema central a discussão do documento de Medellín e seus pontos passíveis de serem acusados de subversão (KOPANYSHYN, 2015, p. 27)

<sup>7</sup> A Teologia da libertação é um conjunto de escritos publicados a partir de 1970 por uma série de autores, tais como Leonardo e Clodovis Boff, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Frei Betto, Jung Mo Sung e muitos outros. (...) Trata-se de uma ampla e complexa rede que ultrapassa os limites da Igreja como instituição e reúne, a partir dos anos 70, milhões de cristãos que partilham a “opção prioritária pelos pobres” (LOWY, 2007, p. 9).

áreas de promoção da justiça e igualdade social, defesa dos direitos humanos e luta pela redemocratização foram cruciais para o processo sócio-histórico que o Brasil vivenciou no período da ditadura militar, sobretudo na luta pela redemocratização (KOPANYSHYN, 2015, p. 29)

### **3.2 A chegada de Dom José Maria Pires e a mudança de postura da Igreja paraibana**

A Igreja paraibana, sob liderança de Dom Mario de Miranda Villas-Bôas, acompanhou as determinações da maioria eclesiástica do país quanto ao apoio a ação dos golpistas. Bispo de caráter conservador, não esteve na vanguarda no combate e denúncia aos maus tratos levados a cabo pelos militares no Estado da Paraíba. Foi só com a chegada de Dom José Maria Pires, em 26 de março de 1966, vindo da Diocese de Araçagi, Minas Gerais (MG), que tem início o processo de mudança de postura da Igreja paraibana frente a Ditadura Civil-Militar.

No momento do golpe, ainda em Araçagi – onde foi consagrado bispo em 22 de setembro de 1957 e permaneceu até 1966, quando veio para Paraíba -, Dom José Maria Pires segue a posição majoritária da hierarquia eclesiástica que contra a ameaça comunista apoia a deposição de João Goulart do posto de Presidente da República, esperando, no entanto, que o movimento revolucionário resolvesse a crise por qual o país estava passando e logo devolvesse o poder aos civis. Mas, o resultado foram 21 anos de revezamento de militares à frente do Executivo nacional. A partir de então, ainda na Diocese de Araçagi, Dom José começa a se afastar dos ideais idealizados pelas Forças Armadas e estabelece sua aproximação com as ideias do Concílio Vaticano II do qual participou, sobretudo, no que diz respeito ao apelo aos pobres.

Embora enfrentasse forte oposição da parte mais conservadora do clero paraibano<sup>8</sup> ao tentar implementar mudanças na arquidiocese à luz do Concílio Vaticano II, Dom José nutria de grande simpatia de muitos padres que eram favoráveis às reformas. Havia um grupo de padres na diocese que, desde cedo, apoiou as iniciativas do arcebispo. Esse grupo era composto de clérigos que possuíam boa formação filosófica e teológica e que,

---

<sup>8</sup> Segundo Pereira (2012), em sua dissertação intitulada “**Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: a ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**”, a maioria do clero paraibano seguia um perfil instituído pelo arcebispo Dom Moises, conservador e seguidor do modelo de uma Igreja apegada as orientações tridentinas, orientações essa que foram revogadas pelo Concílio Vaticano II. Dom Moisés esteve à frente da arquidiocese da Paraíba de 1935 a 1959.

na maioria dos casos, haviam estudado na Europa (PEREIRA, 2012). Para Silva (2019) a prática pastoral de Dom José na Paraíba foi, em grande medida, motivada pelo Concílio, uma vez que ele buscou colocar em ação suas resoluções, apresentando em seu ministério o modelo de uma Igreja atenta às questões sociais e mais aberta ao povo.

À medida em que o regime se fechava a arquidiocese paraibana se mostrava cada dia mais combativa contra o autoritarismo. Durante suas palestras, sermões, homilias ou mesmo nas cartas que escrevia às mais diversas personalidades, Dom José buscava condenar o cerceamento das liberdades ou qualquer outra prática autoritária que eliminasse o direito dos indivíduos ou dos grupos sociais. Desde os primeiros anos de sua presença na Paraíba, Dom José já agia como protetor de lideranças políticas no estado (PEREIRA, 2012). Mesmo com a eminência de ser preso a qualquer instante pelo aparato repressor, ele não hesitou e permaneceu firme na luta em favor do direito dos desavisados, sobretudo, aos diversos homens e mulheres perseguidos pelo regime, deu abrigo e ajudou-os a fugir.

Exemplo significativo de sua firmeza se deu ao longo das manifestações que ocorreram em João Pessoa no ano de 1968, em decorrência da morte do estudante Edson Luís Lima Souto, no Rio de Janeiro. Além de celebrar uma missa no dia 2 de abril de 1968 em sufrágio da morte do jovem, Dom José se fez presente na linha de frente do movimento e atuou como mediador entre os manifestantes – ligados ao movimento estudantil - e os militares. Sua presença durante as manifestações foi fundamental não apenas para dar base ao movimento, mas também para evitar que abusos maiores fossem cometidos pelos militares. Muitas foram as vezes em que o Governador do estado à época, João Agripino, solicitou sua presença para advogar durante os conflitos. Levando em conta seu posicionamento, entendemos, portanto, que houve uma renovação no ponto de vista do posicionamento da Igreja paraibana a partir de sua chegada no estado.

Dom José fulgurava em 1968, em algumas manifestações públicas de estudantes e militantes de movimentos sociais, como uma espécie de *mediador* em meio a conflitos procurando evitar abusos e violência por parte dos militares. Em algumas ocasiões, o próprio governador João Agripino solicitava-o como mediador nesse processo (PEREIRA, 2012, p. 92)

Por defender presos políticos e mostrar um perfil mais progressista em seus discursos, Dom José paulatinamente ganhava o título de bispo subversivo que incitava as massas à prática comunista juntamente com o bispo pernambucano Helder Câmara

(PEREIRA, 2012). Ele procurou desenvolver na Paraíba três pontos importantes destacados como prioridade na Conferência de Medellín: o primeiro, diz respeito ao compromisso da Igreja com os pobres; o segundo, reconhecia que o povo era oprimido e enfatizava a necessidade de buscarmos o caminho de sua libertação; o terceiro e último, afirmava a necessidade de promover a organização do povo cristão em pequenas comunidades de fé, de culto e de amor<sup>9</sup>. A prática dessa nova filosofia desempenhada por ele fez com que se tornasse um grande desafio dos militares.

Relacionada às novas interpretações teológicas a partir da Teologia da Libertação e à luz da Conferência de Medellín, foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – fundamentadas no terceiro ponto acima destacado - com propósito de aproximar a Igreja da sociedade, sobretudo daquela população mais carente. Segundo o Teólogo Leonardo Boff,

As CEB's significam a “construção de uma Igreja viva, mais do que a multiplicação de estruturas materiais”, participação vital e íntima dos membros inseridos numa mesma realidade mais ou menos homogênea, vivendo a essência da mensagem cristã que é universal paternidade de Deus, a fraternidade com todos os homens, o seguimento de Jesus Cristo morto e ressuscitado, a celebração da Ressurreição e da Eucaristia e a construção já iniciada, na história, do reino de Deus, que é de libertação do homem e de todos os homens. (BOFF, 2008, p. 27 apud PEREIRA, 2012, p. 100)

No estado da Paraíba as CEBs foram criadas durante o episcopado de Dom José com auxílio de freiras, freis, padres e pessoas comuns oriundas de movimentos religiosos. Além de todo o trabalho de evangelização realizado pelos agentes pastorais, havia também momentos de formação crítica do povo dentro da comunidade a partir de sua própria realidade social relacionados a temáticas presentes na Sagrada Escritura.

É importante destacar que não houve por parte do Arcebispo a iniciativa de criar um ambiente de luta armada contra o regime, muito menos incitar o confronto entre camponeses e proprietários de terra a partir das comunidades. O trabalho das CEBs e dos agentes pastorais partia da evangelização para formar consciência crítica nos trabalhadores, o confronto físico não estava em questão. Como destaca Pereira (2012) foram várias as ocasiões em que, mal interpretado, tinha-se a impressão de que o bispo incitava a violência a partir do confronto das massas contra os proprietários rurais.

---

<sup>9</sup> Essas informações foram retiradas de PEREIRA, p. 100, aonde ele faz menção a entrevista dada por Dom José Maria Pires ao Jornal *O Norte*, presente em PIRES, 1980.

No entanto, não podemos negar que houve por parte de pequenos grupos de religiosos a opção de participar da luta armada, porém, essa alternativa não era simpática ao sacerdote. Em entrevista concedida a Pereira (2012), ele descreve o momento em que foi procurado por um sacerdote (não identificado) para pedir seu apoio na adesão do grupo a luta armada. Mas, para desfavor dos contrarrevolucionários, ele (Dom José) prontamente se negou a apoiar essa forma de resistência<sup>10</sup>.

Na esteira das mudanças que ocorreram na Igreja paraibana tanto no campo espiritual quanto no campo social a partir da chegada de Dom José Maria Pires, está a criação de pastorais populares de fomento ao desenvolvimento humano, combativa as injustiças sociais e que promoviam consciência cidadã. Nesse sentido, foi criada em 1967 a Ação Pastoral Arquidiocesana (APA) com a finalidade atuar com grupos esquecidos pela Igreja. A partir da APA, surgiu também a *Ação Pastoral Igreja Viva* mais voltada para questões sociais com a finalidade construir ações no campo da cidadania, da política e da justiça social. Os agentes dessa pastoral – em sua maioria estudantes, trabalhadores e pessoas simples - eram treinados durante os fins de semana em toda a arquidiocese e ao fim do treinamento, enviados para outras regiões do estado. Pelos agentes, foram desenvolvidos projetos de Educação Popular a partir do modelo desenvolvido por Paulo Freire que contava com total apoio do Arcebispo. Dom José atuava com coordenador pastoral e ao longo do projeto visitou frequentemente as comunidades para ver como estava sendo o desenvolvimento dos trabalhos.

Sob sua liderança organizou a *Operação Gota D'água* durante seca de 1970 para dar assistência as vítimas da seca contando com pessoas da Paraíba e de outros estados. Na reunião para se desenvolver estratégias para minimizar os danos desse fenômeno, Dom José delegou que a coleta nas missas do dia 1 de novembro de 1970, em toda a arquidiocese da Paraíba, fosse destinada à campanha. Também foram estabelecidos pontos de coleta de alimentos e demais mantimentos que seriam enviados para as cidades

---

<sup>10</sup> Um dia um fulano que depois foi deputado, era padre, deixou o ministério e então ele era padre e estava trabalhando aqui no interior da Paraíba, ele me procura e diz: “Dom José nós resolvemos passar para a luta armada por que não pode continuar a situação como está...então a gente vai começar aqui mesmo! Queria saber que ajuda o senhor pode nos dar?” Aí eu disse pra ele: “Oh, padre quando vocês forem presos aí eu vou na cadeia para visitar vocês. Você não tá vendo é um absurdo vocês quererem uma luta armada? Vocês têm condições para isso? [O Padre disse:] “ah, mais eu prefiro”. [ Dom José então disse: ] T’á bom, então não vou discutir com vocês. Vocês é quem vão tomar a decisão. É claro que vocês não têm a condição de enfrentar a organização militar que está aí. E não realmente esse caminho não”. Então o fulano viu que da parte da Igreja não podia contar coisa nenhuma e no final, eles não fizeram a luta armada como eles pensaram. (PEREIRA, 2012, p. 102).

de Campina Grandes, Patos e Cajazeiras e posteriormente distribuídos na região. Além disso, o religioso não mediu esforços e buscou em dioceses do sul do país e em projetos sociais da Europa angariar fundos para combater os efeitos desse fenômeno climático. Por fim, foi criada, em 1971, a Equipe de Promoção Humana que depois se transformou no Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, em 1976, sobre o qual iremos tratar no tópico seguinte. No entanto, destacamos sua importância nos conflitos de terra que ocorreram no estado ao longo da década de 1970.

Como vimos, a função social das CEBs ultrapassou os limites do imaginado. Entre os projetos desenvolvidos por essas comunidades em parceria com os agentes pastorais com a finalidade de mudar a realidade social dessa população, estão: campanhas para conseguir fundos no combate a escassez de água; movimento de educação popular, com finalidade de diminuir o índice de analfabetismo no estado; construção de moradias, entre outras<sup>11</sup>.

Em suma, todo esse novo trabalho desenvolvido pela CEBs nas comunidades carentes da Paraíba faz parte de uma nova filosofia política e teológica desenvolvida por Dom José Maria Pires à luz do Concílio Vaticano II, das resoluções da Conferência de Medellín com forte influência da Teologia da Libertação que apresentava o pobre como preferência dessa “Igreja Nova”. Para Dom José, a Igreja Católica deveria sair do seu espaço de privilégio e se enveredar pela margem da sociedade onde se encontra boa parte da população necessitada. Para tanto, suas ações na arquidiocese se traduz no lema que se materializou durante o seu sacerdócio no trabalho em defesa dos Direitos Humanos e com a sociedade marginalizada e atribuído a ele: *“Do centro à margem”*.

### **3.3 A Igreja em campo: a criação do 1º Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil (1976) e a defesa dos trabalhadores rurais**

O 1º Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil surgiu em 21 de abril de 1976 na Arquidiocese da Paraíba e foi criado pelo então arcebispo Dom José Maria Pires com auxílio do advogado Wanderley Caixe com a finalidade de responder às questões decorrentes dos conflitos no campo. Para tanto, o CDDH não se limitou apenas aos conflitos locais - muito embora tenha sido pensado a partir dele -, passou também a prestar

---

<sup>11</sup> Ver SILVA, p. 87-88.

assessoria jurídica a grupos religiosos, movimentos sociais e pessoas perseguidas pelo regime militar.

Como vimos anteriormente, é importante destacar que a atenção dada pela Igreja aos direitos do homem passou a ter mais reflexo após o Concílio do Vaticano II (1962-1965), a Conferencia de Medellín (1968) e a forma influencia promovida Teologia da Libertação da qual Dom José compartilhava muitas de suas convicções. Defender os direitos humanos significava defender os direitos das classes mais pobres e condenar as injustiças sociais cometidas contra eles, principalmente, no que tange o sistema capitalista.

O CDDH era dividido em três setores: o setor jurídico, o setor espiritual e o setor psicológico. As ações eram desenvolvidas pela Pastoral da Terra, Pastoral da Mulher, Pastoral do Menor, entre outras. Mesmo sendo desenvolvidas atividades em todos os setores, a parte de maior relevância ficava por conta do setor jurídico, coordenado pelo advogado Wanderley Caixe<sup>12</sup> que prestava assessoria gratuita aos cidadãos afetados. Caixe desde sempre foi engajado na causa dos Direitos Humanos. Para termos ideia de seu trabalho frente ao CDDH, em poucos meses atuando no departamento, havia analisado mais de 2.000 denúncias de violação dos Direitos Humanos na Paraíba<sup>13</sup>, sendo boa parte dessas ações vinculadas ao mundo agrário, uma vez que a exploração compulsória das terras no estado levaram a desapropriação de muitos camponeses que há gerações viviam naquela terra. Muitos deles, é importante que se diga, participavam das extintas Ligas Camponesas que foram duramente reprimidas pelo Regime Militar. Desse momento em diante, a arquidiocese paraibana representada pelo CDDH e por suas pastorais rurais e voluntários, passaram a ser porta voz dessa comunidade. Além de realizar visitas frequentes aos moradores das regiões conflituosas, prestavam assistência técnica jurídica em favor dos camponeses.

A modernização do campo estimulada a partir do programa Proálcool, em 1975, fortaleceu e acelerou os processos de concentração de terras e expulsão dos camponeses no litoral, brejo e no agreste paraibano. O Proálcool foi um programa do Governo Federal

---

<sup>12</sup> Dom José conheceu Wanderley Caixe durante uma visita que fez a um presídio. Na ocasião ele e outros bispos viajaram até a cidade de Presidente Prudente (MG) para visitar Frei Betto e outros dominicanos que se encontravam retidos. Os religiosos solicitaram que as visitas se estendessem a outros presos políticos. Foi durante essa visita que se conheceram e fizeram uma longa amizade.

<sup>13</sup> Ver Pereira, p. 126-127.

que surgiu depois que o país sofreu com a alta do preço do Petróleo no início da década 1970 e via no estímulo a produção desse novo combustível alternativa a dependência energética. A produção de álcool combustível exigiu, além da modernização das usinas e destilarias, a necessidade de expandir as áreas de plantio de cana (MITIDIERO, 2008, p. 260). Houve ainda durante este processo de modernização do capitalismo no campo a retratação das formas tradicionais de trabalho pré-capitalistas para a mão de obra assalariada. O resultado das transformações no campo vai estimular progressivamente a migração do homem da roça para as grandes cidades empurrando-os para as periferias e favelas. Entre 1970 a 1980 houve um aumento de aproximadamente 125,6% no número de trabalhadores assalariados no estado<sup>14</sup>.

Durante esse processo de expansão das áreas para o plantio da cana-de-açúcar, dar-se início os conflitos no campo que vão se estender por toda a Paraíba até os fins da década de 1980. Os camponeses que faziam da terra sua moradia e sustento e, estavam nestas regiões a gerações, passam a resistir ao processo de expropriação da terra. Cabe ressaltar que após uma série de ameaças e até mesmo violência física, muitos desses moradores tiveram suas casas destruídas pelos novos proprietários a fim deixá-los impossibilitados de retornar.

Ademais, Mitideiro (2008) lista as principais causas para os conflitos<sup>15</sup> que estavam acontecendo no campo:: 1) resistência dos moradores e posseiros à expulsão e quebra de contrato; 2) morte do antigo dono e venda de terra pelos herdeiros sem considerar nenhum direito ao morador; 3) venda da terra pelos herdeiros sem considerar os contratos firmados, além desconsiderar a preferência a quem já estava na terra; 4) expulsão compulsória dos moradores após a compra da terra por novos proprietários. As principais motivações para os conflitos no campo vão seguir em torno da morte dos antigos donos e da venda das terras para terceiros a fim de produzir cana-de-açúcar em larga escala ou a criação de gado.

No transcurso dos conflitos agrários na Paraíba, a Igreja desempenhou papel fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores a partir da Pastoral Rural e do CDDH. Um desses conflitos aconteceu na Fazenda Macatu, propriedade com

---

<sup>14</sup> Dados retirados de: MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. UFPB, 1997, p. 259.

<sup>15</sup> Ver Mitideiro, p. 262-263.

aproximadamente 1.235 hectares, localizada no litoral sul do estado, que pertencia a família Lundgren. Ao ser vendida, o novo proprietário, Luís Venâncio, passou a ameaçar as mais de 50 famílias de despejo com o objetivo de liberar o espaço para o plantio de cana-de-açúcar. Na ocasião, a Igreja Católica acompanhou de perto todo o processo, realizando reuniões com os moradores nas quais refletiam sobre a situação dos trabalhadores na Paraíba e no Brasil – algumas delas contaram com a presença do arcebispo e outros membros do clero -, além de auxiliá-los na justiça para conseguir seus direitos sobre terra.

Todas as terças-feiras, à noite, os integrantes do Centro se encontrava com os agricultores numa localidade em Macatu conhecida por Fazenda João Gomes. Os trabalhadores se reuniam para refletir textos da bíblia, o “Estatuto da Terra” e a situação dos trabalhadores na Paraíba e no Brasil. É importante ressaltar que a leitura desses textos eram marcadas por interpretações que motivavam as pessoas a lutarem por seus direitos rompendo com uma noção alienante da religião (PEREIRA, 2012, p. 131)

Toda a atuação dos membros da Igreja junto aos trabalhadores era acompanhada de perto por membros da força de segurança e dos proprietários na intenção de intimidar a realização das ações de conscientização. Neste sentido, Pereira (2012) apresenta o testemunho de Genaro e Gláucia - ambos membros da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba - que estiveram em Macatú e que, segundo eles, presenciaram a realização de treinamento anti-guerrilha na área, utilizando até tanques de guerra a fim de intimidar os agentes pastorais e frear a continuidade do movimento de resistência no campo. Portanto, percebe-se claramente a ação do CDDH, dos agentes pastorais, de Dom José e do advogado Wanderley Caixe estava incomodando não só os proprietários de terras, mas todo o aparato repressor do Estado.

O conflito ganhou visibilidade nacional depois de uma série de acontecimentos narrados e documentados pelos jornais da época envolvendo o proprietário e moradores, e no dia 12 de junho de 1976, após decreto presidencial, as terras foram desapropriadas<sup>16</sup> e entregues aos moradores. Essa foi a primeira vitória da união entre a Igreja, movimentos sociais do campo e camponeses contra o arbítrio do latifúndio.

Contudo, os conflitos de terra continuaram em outras partes do estado muitas vezes seguindo o mesmo padrão de violência psíquica, emocional e física por parte dos

---

<sup>16</sup> Sobre os conflitos agrários ver Mitideiro, p. 296-304.

novos donos. Semelhante ao que aconteceu em Macatu, ocorreu também na Fazenda Reunidas de Alagamar, popularmente chamado de Grande Alagamar por reunir grandes propriedades na região, próxima aos municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, que compreende uma área de aproximadamente 13.000 hectares. Viviam nesta localidade em torno 700 famílias compreendendo cerca de 4.000 pessoas em condição de arrendatários/foreiros a mais de 80 anos.

O antigo dono, Sr. Arnaldo de Araújo Maroja, era estimado pelos moradores, mas com sua morte os herdeiros dividiram a terra e venderam-na sem avisar aos camponeses, com a finalidade de criar gado e plantar cana. Ademais, ao comprar a terra, os novos donos quiseram transferir os antigos moradores para áreas desabitadas dando-se início a novos conflitos. Convém lembrar que essas novas terras que viriam a ser ocupadas pelos agricultores eram áreas, em sua maioria, inóspitas para o plantio e além do mais ficavam muito distante da antiga região que moravam há mais de oito décadas. Com o conflito instalado, os novos proprietários não se eximiram de lançar mão da violência para expulsar os camponeses dessa localidade. Entre a barbárie cometida a mando dos donatários está a destruição de lavouras utilizadas para alimentação e sustento de suas famílias.

Na esteira desse conflito, houve intensa mobilização do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, da UFPB, da sociedade civil, como também da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fateg) em apoio e defesa dos camponeses. Esses órgãos lutaram em favor do direito à posse da terra pelos agricultores, abriram processos judiciais contra os proprietários e, através da Pastoral Rural que esteve sempre ao lado dos trabalhadores, promoveram ações voltadas para o replantio das áreas destruídas.

Foram várias as instituições delegadas a várias ações (evangélica, jurídica, comunicacional, educacional) que movimentaram a luta pela terra e a luta pela resistência na terra. A Igreja estava em meio aos conflitos, ora divulgando as injustiças, ora organizando os trabalhadores; ora fornecendo os advogados, ora denunciando os abusos dos fazendeiros; ora os agentes pastorais estão lá no momento do conflito, ora os agentes estão levando para a cidade (hospital) as vítimas da violência; ora estão fornecendo subsídio aos trabalhadores, ora preparando o trabalho de base; e assim a Igreja ia patrocinando a formação e a espacialização da luta pela terra no Estado (MITIDIERO, 2008, p. 305)

É importante destacar que Dom José sempre esteve à frente desse processo<sup>17</sup>, tanto no que diz respeito a sua presença física nas zonas de luta, quanto na denúncia do que estava acontecendo, seja na TV, na rádio ou durante as celebrações. Em algumas ocasiões também convidou outros bispos do Nordeste para conhecer de perto o caso de Alagamar, realizando celebrações junto aos trabalhadores. Dom Helder Câmara foi um dos bispos que, junto a Dom José Maria Pires, lutou em favor dos camponeses tanto em Pernambuco quanto na Paraíba.

Na ocasião da vinda de Ernesto Geisel a Paraíba, em 07 de novembro de 1978, os agricultores foram a capital e permaneceram em frente ao Palácio do Governo para contar ao Presidente o drama que estavam vivendo e sobretudo, denunciar a barbárie de Alagamar, mas Geisel não parou para ouvir o grupo de camponeses. No entanto, eles escreveram uma carta ao Presidente que foi publicada na edição do dia seguinte no jornal ‘O Norte’, na qual destacavam os principais pontos dos acontecimentos em Alagamar, na intenção de que as terras fossem desapropriadas.

Contudo, a pressão dos camponeses surtiu efeito, tendo em vista que no dia seguinte, em Decreto 82.614/78, Geisel desapropriou 2.000 hectares de terras em Piacas e Alagamar. Mesmo que a quantidade de terra desapropriada não fosse o suficiente para todas as famílias, Dom José comemorou a conquista e atribuiu ao povo unido essa vitória, e prosseguiu emplacando que a luta deveria continuar até que toda a área fosse desapropriada.

A declaração de utilidade pública para efeito de desapropriação de 2.000 hectares em Alagamar e Piacas é certamente uma boa notícia. Eu a considero, antes de tudo, uma vitória da união do povo. Se os agricultores não tivessem se unido desde o momento em que a fazenda começou a ser vendida, se não tivesse lutado juntos, certamente essa vitória não teria acontecido. Disse que foi uma boa notícia. Ainda não foi uma ótima notícia. A desapropriação de 2.000 hectares não vai solucionar a situação. São 700 famílias; mais de 4.000 pessoas. Os 2.000 hectares atender a necessidade de cerca de cem famílias. E as demais? A não ser que o decreto de hoje seja o primeiro de uma série de outros que já estejam em estudos, a luta do povo de Alagamar terá

---

<sup>17</sup> Quando a essa afirmação deve-se fazer uma ressalva. Segundo Mitideiro (2008), embora grande entusiasta da defesa dos trabalhadores no campo, Dom José tentou manter ‘aparente neutralidade’ durante o caso, pois na condição de arcebispo da Paraíba, ele representava toda a comunidade, não apenas os camponeses e além disso, poderia basear seus pronunciamentos no que via afim de não levantar qualquer suspeita. Assim, nas palavras de Mitideiro, “Dom José, na condição de arcebispo, ainda que denunciasse o sofrimento de uns, causado pela arbitrariedade de outros, deveria se manter como pastor de todos” (MITIDEIRO, p. 302).

que continuar até que seja desapropriada toda a área que é calculada em cerca de 13.000 hectares. (O NORTE, 09 DE Nov. de 1978)<sup>18</sup>

Embora o Presidente houvesse decretado a desapropriação da área e sua divisão entre os moradores, dos 2.000 hectares estipulados, apenas uma área de 1.305,57 hectares foi entregue. Em outras palavras, se já era insuficiente a área de 2.000 hectares para abrigar 100 famílias, o não cumprimento da medida tornou-se ainda pior. Desse momento em diante, os agricultores passaram a ocupar outras áreas que estavam previstas no decreto e os conflitos voltaram a acontecer. Na tentativa de intimidar, os donos contrataram capangas para destruir as casas e expulsar os agricultores da região mais uma vez.

Para acalmar a situação foi estabelecido na região um posto polícia a mando do Governador do estado Tarcísio Burity. Porém, a polícia que devia servir como instrumento tranquilizador entre moradores e proprietários, passou a cometer, junto com capangas dos latifundiários, atos de violência contra os camponeses. Muitos camponeses e agentes pastorais foram presos e duramente reprimidos pelas forças policiais. Na verdade, a repressão aos camponeses e aos membros do CDDH representava uma continuidade da Política de Segurança Nacional desempenhada pelo Regime Militar para eliminar todo e qualquer foco de resistência que subvertesse a ordem imposta.

Não obstante, pelo apoio dado aos trabalhadores, padres, freiras, freis e até mesmo o arcebispo da Paraíba passaram a ser encarados como subversivos pelos órgãos de Segurança Nacional no estado, levando-os a serem monitorados de perto pelo SNI<sup>19</sup>. Além disso, o próprio CDDH encontrou resistência em suas ações, uma vez que boa parte dos agentes que praticavam os crimes de violação dos Direitos Humanos pertenciam à esfera do Governo (SILVA, 2019). Falar em nome dos pobres, dos estudantes, lutar por

---

<sup>18</sup> Matéria retirada da dissertação de Pereira (2012), p. 144.

<sup>19</sup> No dossiê do SNI de 1979 intitulado “*Atividades de grupos religiosos*”, ele prossegue com a ideia do Estado de Segurança Nacional sobre as atividades pastorais da Igreja Católica paraibana. O relatório apresenta o CDDH – ou seja, seus membros - como promotores dos conflitos na zona rural ao incentivar a violência. Segue o trecho do documento presente na dissertação de mestrado de Janaína: O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, coordenado pelo advogado WANDERLEY CAIXE e recebendo o apoio irrestrito de Dom JOSÉ MARIA PIRES, desempenham constantes atividades na zona rural daquele Estado, contribuindo para aumentar o clima de tensão social envolvendo proprietários e rurícolas. A influência dos setores do Clero esquerdista em problemas fundiários, tem-se mostrado prejudicial à imagem do Governo, pois mesmo quando são adotadas soluções, a exemplo do que ocorreu nas propriedades de MUCATU, ANDREZA, ALAGAMAR e na reserva indígena do Posto de POTYGUARA, as repercussões se tornam favoráveis aos grupos contestadores, os quais partem para incrementar o surgimento de outros focos de conflitos. (SNI. Dossiê: Atividades de grupos religiosos. 30 de outubro de 1979). (SILVA, 2019, P. 161).

melhoria salariais, defender os trabalhadores e sobretudo, defender os direitos dos cidadãos que estavam à margem da sociedade poderia colocar você em lugar de possível inimigo. Neste sentido, portanto, a Igreja paraibana ocupou lugar de destaque no que tange seu apoio incondicional à causa dos trabalhadores e de perseguidos políticos no estado. De acordo com Silva,

A razão é simples: uma parte considerável do clero católico não permaneceu omissa diante das graves violações dos Direitos Humanos que aconteceram neste período e, considerando que os agentes do Governo estavam implicados, em parte, nas ocorrências, a Igreja vez por outra batia de frente com o sistema político (SILVA, 2019, P. 161-162).

A renovação que aconteceu na Igreja paraibana só foi possível a partir da chegada de Dom José Maria Pires quando fez surgir uma onda de esperança e justiça aos setores até então deixados à margem da sociedade. A contribuição das CEBs, das pastorais rurais e de seus agentes, além da formação teológica promovidas pela Teologia da Libertação que suscitou novas interpretações bíblicas e da criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, colocaram a Igreja da Paraíba ao lado dos problemas da população, principalmente, da população que convivia com a opressão no campo. Dessa forma, a opção preferencial pelos pobres apresentada na Conferência de Medellín a partir dos ideais de renovação da Igreja Católica durante o Concílio Vaticano II tornou essa ação possível. Portanto, permanecendo firme contra a arbitrariedade da Ditadura Militar, a Igreja Católica paraibana materializada em homens e mulheres que se dispuseram a estar ao lado dos mais necessitados tornou marco de luta e resistência e defesa dos perseguidos políticos durante os 21 anos do Regime Autoritário.

## SEÇÃO 4

### **4 HISTÓRIA DE VIDA: RESGATE DA MEMÓRIA DE MILITANTES RELIGIOSOS PARAIBANOS A PARTIR DO PIVIC (2019-2020)<sup>20</sup>**

#### **4.1 Memória e história: uma breve análise sobre o uso da História Oral**

Diferentemente da maior parte dos documentos dos quais se vale a pesquisa histórica, as fontes orais não são achados do historiador, mas construídas em sua presença, com sua direta e determinante participação. Trata-se, então, de uma fonte relacional, em que a comunicação vem sob a forma de troca de olhar

---

<sup>20</sup> Neste capítulo iremos apresentar em linhas gerais a fala dos depoentes colhida durante as entrevistas. A partir da narrativa dos fatos seguindo uma linha cronológica, destacaremos parte entendidas como importantes – não querendo dizer que as demais não sejam – para o nosso trabalho.

(entre/vista), de perguntas e de respostas, não necessariamente em uma só direção. (PORTELLI, 2017, P. 182).

O fragmento acima apresentado faz referência a inter-relação que ocorre durante as entrevistas entre o entrevistador e o entrevistado, para construção do relato oral. O documento oral surge da dialética entre os sujeitos envolvidos na ação e não são documentos achados de forma aleatória pelo pesquisador, mas construídos de maneira conjunta. O historiador tem papel fundamental nesse processo assim como seu entrevistado, uma vez que, partindo de sua pesquisa, conduz seu depoente em uma intensa comunicação a partir de perguntas previamente selecionadas. Essa função faz parte dos procedimentos metodológicos da História Oral<sup>21</sup> e, sobretudo, faz parte da condução da entrevista para se chegar ao objetivo desejado. Embora não se descarte a possibilidade de saída do caminho pensado pelo entrevistador ao longo do depoimento do entrevistado, quando isto acontece, abre-se uma nova possibilidade de estudo para entender as motivações que levaram o sujeito a desviar do caminho ou omitir qualquer informação.

A História Oral ou os pesquisadores que dela faziam uso por muito tempo sofreram por não serem aceitos entre os membros da comunidade acadêmica. Entendia-se, por aqueles que usavam apenas de fontes escritas em seus trabalhos, que o relato oral era fonte passível de questionamentos e não poderia ser usado de forma confiável. Em outras palavras, podemos entender que era considerada uma fonte de segunda categoria. Era uma história mais militante do que de caráter científico.

Não obstante, quando do retorno da História Política ao longo da década de 1970 e 1980, que deu voz aos grupos excluídos, e dos debates sobre a História do tempo presente, essa perspectiva foi se transformando. A história oral se afirmou como instrumento importante para a construção de identidade de grupos e de transformação social (FERREIRA, 1994), objetivando uma melhor compreensão de suas representações.

Acompanhando este processo de renovação da História Política e a discussão acerca das fontes históricas para construção da história do tempo presente, surge os debates sobre história e memória. De acordo do Ferreira,

---

<sup>21</sup> Trata-se, na sua forma mais elementar, de acrescentar à infinidade de fontes das quais o historiador pode valer-se, também aquelas que são chamadas testemunhos transmitidos oralmente da parte dos protagonistas ou participantes dos eventos sobre os quais versa a pesquisa documentada pelo historiador (PORTELLI, 2017).

Esta linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente (FERREIRA, 1994, P. 8).

Claramente, a introdução dessa nova metodologia científica para a construção da história do passado sob os olhos do presente se propõe a dar ênfase a infinidade de falas e interpretações sociais de sujeitos deixados à margem no curso da história. Serão os depoimentos desses sujeitos os objetos significativos da História oral. Dessa maneira, é a partir da transformação da fala do depoente em documento oral que acontece a historicização da experiência individual pelo historiador. Para Portelli (2017), a história oral é acima de tudo a arte de escutar, mas também é considerada por ele como a arte da relação em constante diálogo<sup>22</sup>. A história oral é também história dos acontecimentos, história da memória, e revisão dos acontecimentos através da memória (PORTELLI, 2017).

Neste sentido, convém lembrar que a memória de que tratamos aqui não é uma memória estática à nossa disposição para ser utilizada a medida em que desejarmos. A memória histórica se encontra em contínua elaboração e se adapta de acordo com o momento histórico. Portanto, o historiador deve estar preparado aos desafios que pode encontrar ao longo de seu trabalho, possibilitando, à medida que for possível, confrontar com outras fontes, muito embora até mesmo as falsas recordações possam se tornar uma pesquisa valiosa para o historiador.

#### **4.2 Toda uma vida dedicada à luta pelos pobres: história de vida de Alder Júlio Ferreira Calado<sup>23</sup>**

---

<sup>22</sup> Portanto, a história oral é uma arte, além da de escutar, de relação: da relação entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista (diálogo); a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador) (Idem, p. 184).

<sup>23</sup> O primeiro depoente foi o Prof. Alder Júlio Ferreira Calado em 11 de junho de 2020. A entrevista aconteceu de maneira remota pela plataforma Google Meet seguindo as medidas de distanciamento social adotadas pela OMS e pelo Ministério da Saúde devido a Pandemia da Covid-19. As entrevistas que realizamos faz parte do Projeto PIVIC sob título “*Memória e resistência à Ditadura Civil-Militar: a atuação dos militantes religiosos e leigos na Paraíba (1966-1981)*” sob da orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monique Cittadino. O projeto que se iniciou em 2019 com o objetivo de registrar a história de vida de membros da Igreja que participaram ativamente no combate à Ditadura Civil-Militar na Paraíba está em curso. O propósito do nosso trabalho é colher o máximo possível de depoimentos de membros da Igreja, religiosos ou não, para criar um banco de memórias com suas respectivas histórias de vida para futuras pesquisas.



**Imagem 1:** Entrevista com o Prof. Alder Júlio Ferreira Calado. Além do entrevistado, estiveram na reunião a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monique Cittadino (na parte superior à direita), Ciro Caleb Gomes (na parte superior, no canto, à direita) e abaixo eu, Claudemberg Madeiro de Souza Araújo.

**Fonte:** arquivo pessoal.

Alder Júlio Ferreira Calado nasceu no dia 19 de dezembro de 1948 na cidade de Pesqueira, no interior do estado de Pernambuco<sup>24</sup>. Filho de família humilde e numerosa operário-camponesa, Alder Júlio na sua infância foi cercado de irmãos por quem tem grande carinho. Porém, ele dá destaque à sua formação a partir do convívio com suas irmãs. Seu pai, Júlio, foi um migrante operário que saiu da zona canavieira do estado em busca de trabalho no interior. Ao se estabelecer na região, conheceu sua mãe, Djanira, com quem se casou, formando uma grande família com 18 filhos, dos quais apenas 11 sobreviveram. Para ele, esse paralelo entre a trajetória de seus pais e a estruturação de sua família foi de grande importância na condução de sua vida.

Ainda quando criança, após as aulas, era motivado a acompanhar seu pai na oficina onde trabalhava como serralheiro, mesmo a contragosto dele, que dizia não querer seu filho com mesma profissão do pai. Mas, teimoso que era, continuava por lá. Entendemos que, por saber da dificuldade da vida no trabalho naquela época, seu pai

<sup>24</sup> Alder Júlio Ferreira Calado foi convidado pelo grupo por ser considerado referência dentro dos movimentos sociais na Paraíba. Mesmo sendo da cidade de Pesqueira, PE, ao vir para Paraíba nos anos 1990 na condição de professor da UFPB, ele passou desempenhar junto aos movimentos sociais trabalho significativo.

queria que Alder Júlio se dedicasse a outras coisas que não aquela, imaginando algo melhor para ele. No entanto, desde cedo adquiriu apreço por aquele mundo, ou melhor dizendo, pelos trabalhadores, pessoas simples que também desempenharam forte influência em sua vida. Ao lembrar o episódio em que recebeu de presente das mãos daquelas pessoas seus primeiros óculos, antes de entrar para o seminário aos 12 anos, ele se emociona. Essa ação significa muito em sua vida, segundo ele, e a interpreta como se fosse um sinal para que continuasse a ter aquele mesmo olhar sobre a classe trabalhadora. Nesta relação tão próxima com os trabalhadores e, conseqüentemente, com o mundo do trabalho, Alder Júlio considera que ali crescia as raízes de sua consciência de classe.

Ainda muito cedo, aos 12 anos de idade entrou para o seminário de Pesqueira sem ter tamanha dimensão do que seria. Entre Pesqueira (1960/61), Aracajú (1966) e Santa Maria (1967), no Rio Grande do Sul, se passaram 8 anos estudando para o sacerdócio, por desejo de seus pais de formação católica, em especial de sua mãe. Além disso, interpreta esse incentivo no sentido de que no seminário ele poderia ter melhores condições de vida/carreira e de estudos que seus pais não poderiam dar.

Por intermédio do sacerdote Pe. José Maria da Silva, vice-diretor do seminário, ligado a Juventude Agraria Católica (JAC), passou participar das reuniões do grupo. Foi a partir daí, no ano de 1963, que visitou com o padre o acampamento de trabalhadores que haviam tomado uma parte da Serra de Orurubá, antes usurpada pelos grandes proprietários de terra da região. Esse movimento de trabalhadores era influenciado pelas Ligas Camponesas presentes também em Pesqueira. Assim, segundo ele, a visita ao acampamento foi seu o batismo nos movimentos sociais, tanto na área da militância quanto na pesquisa científica. Desse dia em diante, nunca mais deixou de participar dos movimentos sociais.

Logo cedo, Prof. Alder Júlio se destacou por sua inteligência, passando a dar aula de línguas aos seus colegas seminaristas (inglês, francês, latim, espanhol e etc.) na ocasião em que substituía os padres da disciplina. No seminário de Santa Maria no sul do país continuou seus estudos. Lá presenciou o endurecimento do Regime Militar com o AI-5 e foi também lá que passou a militar dentro dos movimentos estudantis contra os desmandos da Ditadura. Na JOC, durante as reuniões, teve contato com livros bem elaborados de introdução ao marxismo que discutiam Alienação, Mais Valia, conceitos básicos do marxismo, assim como o “Cristianismo da Libertação” ou em outras palavras,

a Teologia da Libertação de José Comblin e Hugo Assmann. Esses estudos foram fundamentais para sua formação intelectual e marxista e estão até hoje presente no seu cotidiano de militância e defesa dos movimentos sociais.

Ele relembra que durante reuniões da Juventude Operária Católica (JOC), em Santa Maria, no dia 31 de outubro de 1968, um grupo de jovens foi convidado a entregar panfletos próximo ao cemitério da cidade contra o endurecimento do Regime. Driblando a vigilância em uma cidade extremamente vigiada pelos órgãos repressores tendo em vista sua importância no estado, cumpriram sua tarefa. Saíram na madrugada do dia 1 para o dia 2 de novembro daquele ano em direção ao cemitério local, onde pularam o muro e passaram a jogar para o ar os panfletos, encarregando o vento de levar os panfletos para que no dia seguinte os visitantes pudessem ler. Pouco tempo depois, em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5, que fechou de vez o Regime. Voltando para Pesqueira no ano seguinte, Alder Júlio deu continuidade à vida de professor, passando a trabalhar os três horários por dia entre Pesqueira e Arcoverde. Mesmo assim, não deixou de atuar junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos fins de semana.

Perguntado como teve contato com a Teologia da libertação, ele respondeu que foi ainda em Pesqueira quando o Bispo Dom Severino Mariano de Aguiar, que participou das sessões do Concílio Vaticano II, trouxe livros e revistas em francês e italiano, e os deu para ler – na época tinha entre 14 e 15 anos. Segundo ele, foi uma grande responsabilidade, pois, ao final da leitura, o bispo, que Alder Júlio não considera marxista ou adepto da Teologia da Libertação, fazia uma série de perguntas sobre o conteúdo dos textos. Em Santa Maria, continuou suas leituras sobre a Teologia da Libertação através de artigos escritos por Hugo Assman. Embora considere importante a Teologia da Libertação, coloca-a em segundo plano. Para ele, o passo inicial – “ATO 1” - foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde colocava em prática o compromisso com o “*etos comunitário*”.

Dentro de sua militância, nunca aderiu à luta armada (Ação Popular) agindo mais “sobre a força da razão do que pela da razão da força”. Ainda sobre as CEBs, afirma que foram um dos núcleos fortes contra a Ditadura, assim como as Pastorais Sociais. Nesse sentido, ele apresenta a íntima relação das origens do PT com as Comunidades Eclesiais de Base e a grande semelhança que havia entre os dois por parte da sua organização em núcleos nas periferias e bairros.

Perguntado quando deixou sua carreira no sacerdócio, ele nos diz que ao ser enviado pelo Bispo para Santa Maria, ainda seminarista, Alder Júlio já notara que não tinha inclinação para o celibato e assim relatou ao seu superior. O bispo disse que não queria que se tornasse padre, mas “um bom cristão”. Nos anos de 1970, casou-se com Helena, com quem teve três filhas e seis netos. Embora não tendo terminado sua formação para o sacerdócio, ele nunca deixou de prestar serviços à Igreja. Em 1972, concluiu o curso de Ciências Sociais, e em 1973, entrou no mestrado de Sociologia em Recife, onde deu continuidade aos estudos, se dedicando a eles de maneira mais concentrada. Em 1976, voltou para Arcoverde, passando a militar tanto na zona rural quanto na zona urbana em prol das causas dos trabalhadores, realizando cursos de formação política junto a outras pessoas no interior do estado de Pernambuco e também na Paraíba. Neste ínterim, foi perseguido e por sorte não teve o mesmo fim de muitos amigos que foram não apenas perseguidos, mas capturados e mortos pela Ditadura em Pernambuco nos anos 1970. Ele conta que durante a prisão de colegas, muitas vezes se perguntou pelos seus paradeiros e relembra a perseguição e o medo dentro das universidades na época em que fazia o mestrado em Sociologia. Era um período de intensa perseguição e insegurança.

Alder Júlio também contribuiu para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua gênese ainda como movimento no interior da Paraíba e Pernambuco (Sertânia, Pesqueira, Arcoverde, etc). Veio a se filiar ao partido em meados de 1983, na época em que se licenciou do Diaconato, pois não era permitido, pelo Bispo, atuar na Igreja estando filiado a algum partido. Ele recebeu essa licença do bispo e passou a atuar na militância partidária. Assim como na Paraíba, em Pernambuco a Igreja participou na criação do PT. Dessa forma, segundo Alder Júlio, participar das CEBs já era tomar partido dentro da militância partidária.

Ao ser questionado sobre sua demora a filiar-se ao Partido, ele se emociona. Dando continuidade, nos diz que filiação é um ato secundário, uma mera formalidade, mas não nega sua importância. Para ele, o mais importante em sua trajetória está em nunca ter perdido sua consciência de classe e nunca ter esquecido a classe trabalhadora. Por sua influência nos movimentos sociais, sua luta e expressão do partido, foi candidato a Deputado Constituinte, mas não obteve êxito. Essa foi a única vez em que disputou uma vaga como candidato, embora que o grupo quisesse que continuasse na vida pública. Deixando a política partidária, conseguiu uma bolsa de estudos em Paris e concluiu seu doutorado (1987-1991), estudando as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) em sua

dimensão política sob orientação de Michael Lowy. Já no final dos anos 1990, em 1997, não mais reconhecendo o Partido dos Trabalhadores como aquele da origem, se desfilou da agremiação por acreditar que o Partido havia se distanciado de suas bases à medida que foi ganhando importância no país. A teoria e a prática da legenda idealizada lá atrás não mais se encontravam, levando a seu desencantamento.

Ademais, outro ponto que destacou para o seu distanciamento foi a violência que tomou conta do partido à medida em que a dimensão nacional interferiu nos Estados e Municípios no tocante as candidaturas. Essa não é apenas uma crítica feita ao PT, mas a todos os partidos da América Latina.

Ainda na década de 1990, passou no concurso da UFPB em 1992 para professor de Sociologia da Educação no Centro de Educação (CE). Mesmo sendo professor, viajava ao interior, para o município de Serra Redonda, onde no Centro de Formação Missionária ministrava cursos de extensão para jovens do meio popular vinculados à Igreja Católica, baseados nas teses de José Comblin. Neste sentido, sua formação diaconal e profissional de magistério, estiveram intimamente ligadas às comunidades rurais e periféricas. Embora tenha sofrido resistência da hierarquia eclesiástica da Igreja Católica<sup>25</sup> por sua íntima relação com os movimentos sociais, Alder Júlio permaneceu firme em suas ações nestas comunidades. No seu entendimento, o campo profissional também é um campo de luta e de ação política. Mesmo aposentado, ainda hoje promove ações no centro de formação em Café do Vento.

Quanto ao seu serviço eclesiástico e religioso, atuou mais nos movimentos sociais e nas comunidades periféricas como educador popular do que propriamente dentro da Igreja, embora não condene quem faz o contrário. Com Dom José Maria Pires nunca teve problemas em suas ações, mas no arcebispado de Dom Aldo foi repreendido e resistiu sem faltar com o respeito, como aconteceu durante a realização do ‘Grito dos Excluídos’ no dia 07 de setembro. Na ocasião, ele relembra que houve a tentativa de acabar com o

---

<sup>25</sup> Ele conta que Dom Aldo, então arcebispo da Paraíba, tentou proibir seu serviço diaconal dentro da Igreja da Paraíba por não concordar com as ações que desempenhava dentro dos movimentos sociais urbanos e rurais.

evento que já estava sendo organizado a muitos meses por membros das pastorais dentro das comunidades<sup>26</sup>.

Sobre os movimentos de resistência juvenis no mundo rural e urbano, foi perguntado ao depoente sobre as diferenças entre eles e se havia a existência de predomínio de um sobre o outro. Ele afirma prontamente que sim, que havia uma pretensa superioridade dos urbanos sobre os rurais. Por mais que se combatesse, era um desafio. No seu entendimento, a classe trabalhadora é diversa, mas ela é una. O protagonismo tanto das lideranças quanto dos liderados não deve acontecer. Haver lideranças durante a condução dos trabalhadores seria um perigo. Um exemplo combativo por ele e demais colegas era em relação dos sindicatos urbanos sobre os sindicatos rurais na época. Como dito antes, a contribuição de Alder Júlio foi fundamental tanto em Pernambuco como na Paraíba dentro dos movimentos sociais. Antes de vir para João Pessoa, apoiou na cidade de Arcoverde movimentos do campo durante ocupações na fazenda Caldeirão. Escreveu artigos críticos a esse respeito na faculdade de Arcoverde a fim de tentar contribuir de maneira crítica conscientizando os estudantes da instituição. Além disso, criou junto a outras pessoas, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Pesqueira, a partir da influência de Dom José Maria Pires, na Paraíba.

#### **4.3 Largando a batina para viver a ação de Deus em comunidade: história de vida de João Batista Magalhães Sales <sup>27</sup>.**

---

<sup>26</sup> O ‘Grito dos Excluídos’ foi um movimento criado pela CNBB na década de 1990 que acontece na semana da Pátria organizado pela Igreja Católica em colaboração com movimentos populares e sociais que promovem manifestações públicas, celebrações e ações sociais com grupos marginalizados.

<sup>27</sup> Está entrevista ocorreu em dois momentos, no dia 17 e 25 de junho de 2020, respectivamente. Devido ao cansaço, depois de quase 2 horas ininterrupta de entrevista, e uma série de fatos importantes apresentados pelo depoente que precisavam ser ouvidos com mais detalhes, foi perguntado se havia a possibilidade de uma nova sessão de depoimento. O entrevistado aceitou gentilmente e assim foi feito.



**Imagem 2:** Entrevista com o Monge João Batista Magalhães Sales.  
**Fonte:** arquivo pessoal

O Monge João Batista nasceu em 24 de junho de 1946 na cidade de Itabaiana. Hoje reside no Mosteiro Discípulo Amado na cidade de Abreu e Lima, Pernambuco, comunidade católica que abriga homens e mulheres. João Batista teve uma infância e adolescência difícil no interior do Estado ao lado de suas irmãs que o criaram depois do falecimento prematuro de sua mãe. Ao todo são 18 irmãos dos três casamentos de seu pai. Outrossim, seu pai foi Tenente do exército e participou do Movimento revolucionário de 1930 ao lado de Juarez Távora. Posteriormente, foi perseguido pela Ditadura Getulista após não aceitar algumas posições do Regime e se exilou em Itabaiana, depois de passar por outras cidades do Nordeste despistando a polícia do governo.

Por ser criado pelas irmãs, teve desde cedo formação religiosa, mas sua vocação para a religiosidade só aflorou durante a adolescência ao ingressar no seminário. A partir dele, abriu a consciência para o mundo cristão e a realidade do povo. Foi durante esse período que sentiu a necessidade de ajudar os pobres ao ouvir seus “clamores”, buscando entender o porquê de se encontrarem naquela situação. Para tanto, foi um grande estudioso e praticante da Teologia da Enxada<sup>28</sup>, junto aos movimentos sociais do campo. Não se ordenou padre por acreditar que não era preciso de sacerdócio para estar no meio do povo. Mesmo assim, seguiu na vida religiosa, se tornando Monge católico anos depois.

---

<sup>28 28</sup> Teologia da Enxada foi um método desenvolvido pelo Padre José Comblim no Nordeste do Brasil, trata-se de uma fecunda experiência popular de cunho religioso, político, e antropológico que se mostrou aberta e sensível aos sinais do seu tempo. [...] Assim como a Teologia da Libertação, também fez sua opção preferencial pelos pobres, a princípio, os pobres da zona rural (SOUZA, 2011, p. 39).

Ainda no seminário, formou-se em filosofia. Durante esse período, foi atuante no movimento estudantil e militava contra a Ditadura Civil-Militar. Ademais, por ser seminaristas, não era visto pela repressão como subversivo, mas tinha forte engajamento na AC (Ação Católica), na JAC e JEC, JOC e JUC – grupos extremamente politizados - tanto na Paraíba quanto em Pernambuco a partir da influência de padres progressistas simpáticos a luta estudantil. Participou em Maceió, a nível regional, do encontro nacional da JEC no movimento estudantil. No ano de 1967, interrompe o curso de Teologia e Filosofia em Camaragibe e vai morar no baixo Roger, em João Pessoa, com mais cinco (5) amigos também seminaristas que passaram a trabalhar nas proximidades após sentir a necessidade de viver junto as comunidades periféricas e viver sua religiosidade. Ao se instalar, começam a se relacionar com os trabalhadores/moradores locais onde marcam encontros para discussões e conscientização naquela comunidade. Devido a essa ação, passaram a ser mal vistos pelos donos das fábricas locais e de outras pessoas, muitas vezes pelo seu comportamento diferente dos moradores pobres que viviam ali. Progressivamente, vão exercendo certa influência na sociedade local durante seu esse tempo na cidade. Mais adiante, voltam para o seminário em Olinda e continuam o curso de Teologia, porém, não morando no entorno, mas em bairros periféricos da cidade junto a outros moradores.

A ida do grupo para João Pessoa movimentou os demais seminaristas no seminário de Camaragibe por achar que podiam também viver em outros locais com mais liberdade. Nenhum dos jovens que lá viviam queria continuar morando em suas instalações e iniciou-se um movimento jamais visto na Igreja Católica, em que jovens que estudavam para ser padres, deixavam de morar no seminário. Por suas motivações, foi enviado um sacerdote de Roma, a mando do Papa Paulo VI, para investigar esse movimento. Com a ajuda de Dom Helder Câmara e de outros bispos do Nordeste, o pedido para sair do seminário foi aceito com a condição de que morassem próximo da Escola de Teologia.

No ano de 1968, vivendo a efervescência da repressão do Regime Militar em Pernambuco, voltou ao engajamento do movimento estudantil distribuindo panfletos e denunciando o Golpe junto a outros estudantes ligados ao movimento estudantil. Podemos assim notar que setores da Igreja Católica estavam nas ruas denunciando as atrocidades causadas pelo Estado Autoritário e era ela, segundo o Monge, o único refúgio da juventude para expressar sua insatisfação contra a Ditadura.

Na ocasião do assassinato do estudante secundarista, Edson Luís, no Rio de Janeiro, ele lembra que foi celebrada uma missa dedicada ao jovem na Igreja do Rosário dos Pretos, no centro de Recife, na qual estava presente fazendo a ação de distribuir panfletos. Ao fim da missa, se encontravam vários policiais em torno da Igreja. Os estudantes, notando a presença dos policiais, iniciaram um grande coro entoando o Hino Nacional, a partir do quê, começa a pancadaria contra os estudantes. A sorte de muitos deles naquele momento foi a solidariedade de alguns comerciantes do entorno, que abriram a porta de suas lojas e escondiam pessoas que fugiam da perseguição. João Batista viu amigos militantes serem perseguidos, torturados e mortos, entre eles o jovem Padre Henrique<sup>29</sup>. Segundo João Batista, o padre era um dos religiosos que lutavam junto ao movimento estudantil contra a Ditadura, sendo bem próximo ao Bispo pernambucano, Dom Helder Câmara. Após sair de uma reunião com o bispo em Recife, Padre Henrique foi apanhado pelos militares em um carro e encontrado dias depois morto nos arredores da cidade universitária, com fortes ferimentos no pescoço que lembravam estrangulamento. Ainda segundo o monge, na ocasião, eles queriam pegar Dom Helder Câmara e não o jovem padre. Ao saber da morte do padre disse (Dom Helder Câmara): “pegaram o homem errado. Se é a mim que buscam, deixa eles irem”, fazendo menção às palavras bíblicas. Até hoje esse crime se encontra impune.

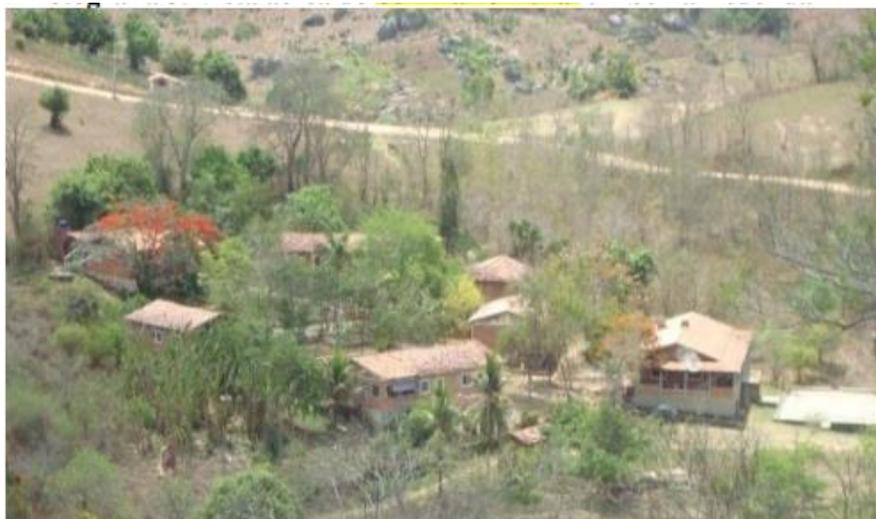
Ainda do ano de 1968, convidado pelo amigo Ivan Targino, que não quis continuar o curso de Teologia em Olinda, foi junto com outro colega, Raimundo Nonato, passar suas férias no Vale do Piancó, no sertão da Paraíba, onde viveu uma nova experiência de fé junto aos pobres. Voltando para Recife, contaram ao Padre José Comblim o que viveram e apresentaram seu desejo de deixar o seminário, junto de outros nove jovens, para viver este desafio. Para tanto, ele lembra que um ano antes, Dom José Maria Pires quis mandá-lo para Roma para estudar Teologia, mas ele se negou porque seu desejo “era ser padre pastor, não padre doutor”<sup>30</sup>. Dom José entendeu e aceitou a posição do jovem seminarista. Isso posto, entendemos que João Batista compreendeu desde muito cedo que a sua religiosidade deveria ser vivida junto às comunidades mais pobres tanto no campo quanto na periferia.

---

<sup>29</sup> Antônio Henrique Pereira Neto (Padre Henrique) foi sequestrado em maio de 1969 e torturado e morto na madrugada do dia 27 de maio de 1969 por um grupo do Comando de Caça aos Comunistas e por agentes da polícia civil de Pernambuco. (Fonte: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-henrique-pereira-neto-padre-henrique/>)

<sup>30</sup> Palavras ditas pelo Monge João Batista a Dom José Maria Pires.

Desse dia em diante, baseado nas teses do Padre José Comblin, passou a viver essa nova Teologia, um novo método teológico-cristão que buscava relacionar a vida do povo e sua própria realidade. Esse método posteriormente foi chamado de Teologia da Enxada. Para tanto, o grupo de jovens foi enviado para Tacaimbó/PE e para Salgado de São Felix/PB a fim de desenvolver essa nova proposta cristã, em 1969. Foi na cidade de Salgado de São Felix que foi chamado a delegacia para prestar esclarecimento sobre a vida ao lado de camponeses empobrecidos. Causava estranheza ao aparato repressor ver jovens estudantes morarem no interior em uma comunidade pobre. Posteriormente, a partir da Teologia da Enxada, fundaram o Centro de Formação Missionário, em Serra Redonda/PB. Foi aí que conheceu e teve contato com o pedagogo brasileiro Paulo Freire, que ao visitar aquela comunidade, se admirou pelo modo de vida e pela formação intelectual que era desenvolvida naquele espaço.



**Imagem 3:** Fotografia do seminário rural em Serra Redonda – PB

Fonte: SILVA JUNIOR, Carlos Augusto da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de educação popular – Serra Redonda – Paraíba.** Dissertação. (Mestrado) CCHLA/PPGE, 2014, p. 68.

Segundo ele, a Teologia da Enxada os fazia repensar a maneira como se relacionar com o povo e reconhecer nelas a ação de Deus. Essa ação ampliou o horizonte de perspectiva teológica que não se prendia apenas às disciplinas do seminário, realizando na prática todas as ideias que foram absorvidas enquanto estudavam. Esses grupos passaram a desenvolver ações de formação intelectual, social e política junto às populações camponesas e periféricas a fim de torná-los missionários do povo e dá-lhes a instrução necessária.

Os estudos passaram por questões pertinente à realidade social dos povos, sempre buscando compreender o motivo pelo qual se encontravam naquelas condições, fazendo o exercício não apenas de ajuda, mas de reflexão de cunho político. Nesse sentido, segundo João Batista, tudo o que ele é hoje – ele faz questão de deixar claro - foi motivado pelas ações filosóficas da Teologia da Enxada.



**Imagem 04:** Primeira turma do seminário rural em Serra Redonda - PB.

**Fonte:** SILVA JUNIOR, Carlos Augusto da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de educação popular – Serra Redonda – Paraíba.** Dissertação. (Mestrado) CCHLA/PPGE, 2014, p. 69.

A equipe de formação do Centro de Formação Missionária era formada por: Pe. José Comblim, Raimundo Nonato, João Batista, irmã Maria Emília, Pe. Raimundo Jorge e Pe. Leonardo, outros entraram ao longo do tempo. Em geral, os jovens que participavam do curso de formação eram jovens camponeses e jovens das periferias. Além de ter uma formação disciplinar comum, discutiam com grande veemência questões políticas presentes na sociedade a fim de abrir a consciência dos jovens e, em seguida, passar para outras pessoas toda a experiência adquirida ao fim do curso em um processo dialético. Nesse processo de formação, João Batista passou 2 anos em Avarzeado dos Padres, em Pilões/PB, e mais 12 anos em Serra Redonda.

Diante dessa experiência inovadora de formação missionária, foi perguntado ao depoente como viveram todo esse processo mesmo diante da repressão da Ditadura no

final dos anos 1960 e início de 1970 em uma área de intensos conflitos agrários. Segundo João Batista, no início foram todos indiciados pela polícia; foram também espionados e fotografados. De todo modo, a Igreja Católica dava suporte como espécie de uma barreira. Mas isso não quer dizer que não houve resistência. Políticos da região simpáticos à Ditadura denunciaram nos jornais da capital que Dom José Maria Pires formava uma cédula comunista e que nas redondezas escondiam armas para lutar contra o Estado (isso já no fim da Ditadura, em 1982). Por muitas vezes o seminário foi invadido pelas forças policiais em busca de armas.

Quando questionado acerca do fim da Ditadura e o que era esperado, nos relatou que tudo o que viesse depois daqueles 21 anos era bem-vindo, no entanto, se sente decepcionado com os rumos tomados pela classe política do país. João Batista foi um entusiasta do Partido dos Trabalhadores. Militando, ajudou a criar dois diretórios do PT em pequenas cidades do interior: Maçaranduba e Serra Redonda. A partir da militância que tinha dentro das comunidades (CEBs), seria este o partido pelo qual se sentia representado desde sua origem e por ser, sobretudo, a legenda dos trabalhadores, dos pequenos e dos humildes e que desde sua gênese combateu a Ditadura Militar a suor e sangue. De acordo com ele, o Partido dos Trabalhadores “cheirava a povo” e para quem tivesse um mínimo de senso crítico na época o partido seria a melhor opção. Após criarem os diretórios, João Batista conta que se iniciou uma forte onda de difamação promovida pelos políticos tradicionais, que há muito viviam da política sem oposição forte. Em outras palavras, o Partido dos Trabalhadores era a agremiação que contestava, desde muito cedo, ainda nas Comunidades Eclesiais de Bases, o status quo das estruturas sociais edificadas. Seria uma ideologia nova combatendo uma outra ideologia. Dessa maneira, nota-se que toda uma vida de luta pelo o povo e para o povo dentro e fora da Igreja influenciou suas posições políticas ao longa da vida. Diante disso, ele nos conta que foi mal visto dentro da própria instituição (Igreja) por atuar junto aos pobres, sendo considerado marxista por uns e comunista por outros. Em certa ocasião, um bispo do Nordeste, ao tomar conhecimento de que ele se tornou Monge, fez um comentário afirmando que ele não havia se consagrado Monge, mas sim, se consagrado ao marxismo. E continua nos contando que não era simpático ao comunismo, no entanto, entende que houve uma interpretação do marxismo pela teologia cristã e lembra que no princípio da Igreja Primitiva havia bem mais semelhança, citando os Atos dos Apóstolos.

Quanto ao Partido dos Trabalhadores, hoje faz crítica ao rumo tomado pelo partido. Em suas palavras, houve forte burocratização na legenda e, portanto, deveria haver uma revisão séria no Partido para voltar as bases, a militância de rua, do campo e as associações locais de bairros e nas demais comunidades onde, no passado, surgiu.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho nos propomos a entender a participação dos integrantes da Igreja Católica da Paraíba no processo de resistência à Ditadura Militar instaurada em 1964. Iniciada em 31 de março de 1964 com propósito de restaurar a ordem democrática abalada durante o governo de João Goulart, os militares ficaram à frente do executivo nacional por volta de 21 anos. Durante esse período, houve um progressivo movimento organizado pelos órgãos de segurança dirigidos pelo Estado para conter o comunismo. Combater o “inimigo interno” significou a mesma coisa que sufocar todos e qualquer movimento que contrariasse a política nacional colocada em prática após o golpe. Dessa maneira, movimentos sindicais, estudantes, trabalhadores do campo, professores, intelectuais, artistas e demais entidades de esquerda passaram progressivamente a ser desarticulados pelo aparato repressor.

Como vimos, a Igreja Católica fez parte das instituições civis que legitimaram a ruptura democrática em favor dos militares apoiando os movimentos de rua que pediam a “cabeça do presidente”. Parte dos bispos católicos era contrária às políticas desenvolvidas pelo governo e por esse motivo apoiou o movimento. Mas não custou muito tempo para que a repressão que desarticulou os grupos de esquerda chegasse também a atingir membros da Igreja, levando a hierarquia eclesiástica a condenar as práticas arbitrárias promovidas pelo Estado de Segurança Nacional. Pouco tempo depois da instalação definitiva da Ditadura Militar, após a decretação dos Atos Institucionais, a Igreja Católica se tornou a instituição genuína de combate ao autoritarismo do Estado e de defesa dos Direitos Humanos a partir da atuação de seus membros e dos movimentos criados dentro da instituição, que foram combativos a práticas autoritárias, a exemplo do movimento estudantil ligado à Igreja, das CEBs e de suas pastorais.

A arquidiocese da Paraíba inicialmente seguiu os passos da maioria eclesiástica do país. Além de promover atos em favor do Regime, congratulou o comando militar pelo feito “em nome de Deus”. Enquanto isso, no campo, membros das Ligas Camponesas

eram perseguidos, torturados e mortos por proprietários rurais e pelo exército, e na cidade havia perseguição generalizada aos grupos e entidades de esquerda. A Igreja Católica paraibana só se tomará vanguarda efetiva em defesa dessas comunidades e dos perseguidos políticos após a chegada de Dom José Maria Pires para dirigir a arquidiocese do estado.

Dom José Maria foi um dos vários bispos favoráveis a intervenção. Porém, ele chegou ao estado com um histórico de críticas feitas ao governo ainda na diocese de Araçagi, Minas Gerais. Motivado pelas novas interpretações teológicas realizadas pela Teologia da Libertação e pela Conferencia de Medellin, dando caráter preferencial aos pobres e às populações marginalizadas, Dom José mudou seu perfil, passando a combater ferrenhamente as práticas levadas a cabo pelos agentes do governo. Com a ajuda de membros da Igreja, criou o 1ª Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil, dirigido por Wanderley Caixe, que deu auxílio jurídico aos camponeses desapropriados de suas terras nos muitos conflitos que ocorreram no campo ao longo da década de 1970. O CDDH também vai ser importante para defender pessoas presas injustamente pela Ditadura. Por sua ação em denunciar o arbítrio cometido pelo Estado e seu posicionamento frente aos problemas do campo, Dom José se tornou uma pedra no sapato do comando militar. Contra ele foram instalados vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e por vezes foi espionado pelo Sistema de Segurança. Mas, pela posição que ocupava, nunca foi preso.

Com relação aos depoimentos dos militantes católicos de que tivemos acesso, entendemos que a sua participação no processo de resistência à Ditadura Civil-Militar foi também muito importante. As entrevistas nos mostraram que a sua participação no combate ao Regime está intimamente ligada a uma vida inteira dedicada a luta das populações marginalizadas dentro da Igreja e ao seu pertencimento junto a estas comunidades. A militância no movimento estudantil, as CEBs e os movimentos sociais também fizeram parte dessa trajetória. A formação intelectual promovida pela Teologia da Libertação contribuiu de maneira significativa para suas ações. As teses de Combim, Hugo Assman e demais estudiosos dessa Nova Teologia possibilitaram uma releitura prática de sua vida cristã e, possibilitaram ainda novos caminhos que iriam percorrer. Todas essas experiências se cruzam para resultar em sua participação no combate a arbitrariedade do Estado certos de que suas ações contribuíam para construção de um futuro melhor.

Neste sentido, a partir de tudo o que foi visto, podemos afirmar que a Igreja Católica desempenhou papel importante de resistência contra a Ditadura seja a nível nacional como também a nível local. A mudança de postura de suas lideranças e seu apoio irrestrito aos movimentos de resistência foi importante para a derrocada do regime. Entretanto, chegamos à conclusão de que todo esse processo só foi possível a partir da adesão de todos os setores da sociedade, em especial para o trabalho de base realizado por militantes religiosos e não religiosos que não mediram esforços no enfrentamento a Ditadura. O trabalho desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base e pelas pastorais locais a partir de seus integrantes possibilitaram um trabalho de conscientização, levando a refletir sobre as passagens bíblicas a partir da vida de cada um e cada uma com ideia de mudar essa realidade. Por essas ações, muitos religiosos e missionários se tornaram vítimas da repressão.

Sabendo da relevância de suas ações ao longo desse processo, destacamos a importância de construir juntos a esses sujeitos suas memórias de luta e de resistência neste período. Não podemos deixar que suas histórias de vida se percam ao longo do tempo sem que sejam registradas. Esperamos, portanto, que as reflexões realizadas ao longo desta pesquisa tenham contribuído para entender o papel desempenhado pela Arquidiocese da Paraíba e de seus colaboradores frente ao Regime Civil-Militar de 1964. É fundamental que mais estudos sejam realizados nesta área não apenas para entender o papel da Igreja, mas para possibilitar que os revisionismos históricos que negam os fatos não se tornem legítimos em nossa sociedade. Como historiadores, nossa função é incomodar, lembrando e relembando à sociedade os fatos passados, mas com os olhos no presente.

## **REFERÊNCIAS**

### **FONTES ORAIS**

DEPOIMENTO concedido por Alder Júlio Ferreira Calado ao grupo de pesquisa em 11 de junho de 2020.

DEPOIMENTOS concedidos por João Batista Magalhães Sales ao grupo de pesquisa em 17 e 25 de junho de 2020.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. 1964-1984**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de estado na Paraíba. 1945/1964**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéias, 1998.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **Nos passos da revolução da fé: a caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil**. Dissertação. (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) CCHLA/PPGDH/UFPB, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História oral: um inventário das diferenças”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves. **Entre-vistas: abordagens e usos da História oral**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998, p. 1-13.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1993.

SILVA JUNIOR, Carlos Augusto da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de educação popular – Serra Redonda – Paraíba**. Dissertação. (Mestrado) CCHLA/PPGE, 2014.

KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis**. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em Ciência Política. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, 2015.

LOWY, Michael. **Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias**. In: Daniel Aarão Reis; Marcelo Ridenti. **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 411-437.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MITIDIERO JR., Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

MONTENEGRO, Antônio T. **História Oral, caminhos e descaminhos**. Revista Brasileira de História. São Paulo: vol. 13, nº25/26, p. 55-65, set 92/ago 93.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. **Um encontro com as fontes em História Oral**. Estudos Ibero-Americanos, vol. XXXII. PUC – RS, Porto Alegre, 2006, p. 117-125.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. Editora UFPB. João Pessoa, 1997.

MOREIRA, Emília et TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba”. In: OLIVEIRA, TB., org. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 179-214.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Golpe civil-militar e repressão no imediato pós golpe: os casos da Paraíba e Minas Gerais**. Cadernos de História, v. 15, p. 63-91, 2014.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O golpe de estado de 1964 e o regime autoritário**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PEREIRA, Vanderlam Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/CCHLA/UFPB, 2012.

PORTELLI, Alessandro. “Um trabalho de relação: observações sobre a história oral”. Tradução Lilia Cristina Xavier Luz. **Revista Trilhas da História**. Vol.7, nº13, jul-dez, 2017. Três Lagoas, p. 182-195.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves. **Brasil Republicano**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017, p. 245-263.

SILVA, Janaína Gomes da. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: uma história de luta pela defesa dos Direitos Humanos nos anos da distensão política (1974-1979)**. Dissertação. (Mestrado). CCHLA/PPHG, 2019.

SOUZA, Luciano Batista de. **Educação popular e teologia da enxada: afinidades, convergências e complementaridades**. Dissertação (Mestrado). CCHLA/PPGE, 2011.